12

ATA N.º 30/XIII-2º/2021-25

1 - Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas 20H30, no Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro – CIRL, sito na rua Doutor Pires de Castro, nº 12, na Freguesia de Laranjeiro, realizou-se a Sessão Ordinária referente ao mês de fevereiro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 - Período de Antes da Ordem do Dia;

2.1 – Deliberações da Assembleia Municipal Jovem de Almada 2022 – apresentação pela Porta-Voz da AMJA.

3 - Período da Ordem do Dia:

3.1 - Eleição do/a Presidente e Secretário/a da Comissão Eventual sobre o desmantelamento e realojamento do Bairro do 2º Torrão;

3.2 – Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 89º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Concurso Público de concessão de exploração de Posto de Abastecimento de Combustíveis, sito na avenida 23 de Julho, Laranjeiro";

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Nomeação para o atual mandato autárquico, na sequência de procedimento por consulta prévia com o n.º CP00204s2023, da Sociedade "DIZ & ASSOCIADOS, SROC, LDA" NIF 503103012 para Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados (cf. previsto no artigo 77.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)";

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Aprovação da minuta de contrato de compra e venda de aquisição de parque de estacionamento (com 111 frações) e 4 frações comerciais sitas na Rua Comandante António Feio, 26 e 26ª, em Cacilhas";

3.6 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA);Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS), Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), António Francisco Salgueiro (PSD), Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão

(PSD), Inês Pezarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS), Luísa Maria Freire Galvão (PS); António Paulo Júnior (CDU), Fernanda Balbina de Oliveira Duarte Leitão (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU), António José Olaio da Silva (CDU), , Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU), Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro (CDU), e Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU), Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU), Augusto Máximo Flor (CDU) e Mário Bruno da Silva Ferreira Pinheiro Magalhães (CDU); Luis Pedro Amado Pinto Durão (PSD), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD) e Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE) por impedimento de Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Raquel Pacheco (PS), A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Bruno Sandro dos Santos (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas:

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência dos/as Senhores/as Vereadores/as Francisca Parreira, Filipe Pacheco, José Luis Riço Bucho de Matos.

4.3 –Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) "Informação Conservação de Matas", enviado para a Câmara Municipal em 17/06/2022, foi respondido em 22/02/2023;

4.3.2 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) "Esclarecimentos sobre a construção do Centro de Bem-Estar Animal", enviado para a Câmara Municipal em 24/08/2022, foi respondido em 22/02/2023;

4.3.3 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) "Esclarecimentos sobre o Edital nº 70/2022 – Divisão de Fiscalização, Contraordenações e Execuções Fiscais", enviado para a Câmara Municipal em 30/09/2022, ainda não foi respondido;

4.3.4 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) "Esclarecimentos acerca do lançamento de fogos de artifício na passagem de ano de 2022 para 2023", enviado para a Câmara Municipal em 12/01/2023, foi respondido em 22/02/2023;

4.3.5 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) "Reservas de água e medidas da autarquia para minimizar os impactos da seca no Concelho de Almada", enviado para a Câmara Municipal em 10/08/2022, foi respondido em 20/12/2022;

4.3.6 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU) "Devolução do IRS", enviado para a Câmara Municipal em 13/01/2023, ainda não foi respondido.

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas nº 22/XIII-2º, 23/XIII-2º, 24/XIII-2º, 25/XIII-2º, 26/XIII-2º e 27/XIII-2º/2021-25 e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

4.6 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal para solicitar a retirada do ponto 3.3 relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Concurso Público de concessão de exploração de Posto de Abastecimento de Combustíveis, sito na avenida 23 de Julho, Laranjeiro";

4.6.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma muito breve, dar nota que vamos pedir para ser retirado desta Ordem de Trabalhos o ponto 3.3, que diz respeito à proposta sobre Concurso Público de Concessão de Exploração de Posto de Abastecimento de Combustíveis, sito na Avenida 23 de Julho, no Laranjeiro.

Foi distribuído um documento do Grupo Municipal da CDU, surgiram umas dúvidas não relativas a este documento, mas mais relativas ao próprio licenciamento inicial que nós somos obrigados a ir verificar. Portanto, pelo que eu peço que possa ser retirada desta Ordem de Trabalhos e ficando adiada para uma próxima reunião."

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Munícipes Hugo Ponte, Francisco Pinto, Luis Gustavo Torre, João Cão Duarte, Caramó Cassamá, Adriano Kunzingami e Sebastião Tomás.

5.1.1 – O Senhor Munícipe Hugo Ponte:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Hugo Ponte e estou na vossa presença enquanto representante de uma empresa de hotelaria e restauração da Costa da Caparica que é a Pontes Hotelaria e Turismo Lda.

Esta empresa explora desde 2017, um restaurante no Mercado Municipal da Costa da Caparica, chamado Apeixonado. Esse restaurante foi-nos adjudicado depois de um processo de concurso e vencemos essa prova e ficamos com o restaurante. Aquilo era um antigo talho e fizemos todas as obras necessárias à conversão do espaço.

Fizemos uma visita previa antes de elaborarmos a nossa proposta para averiguarmos das condições que o espaço tinha para o fim a que nós o destinávamos. E verificamos que esse espaço não tinha casas de bano. Falamos com a Junta de Freguesia, questionamos a Junta de Freguesia sobre o que se poderia fazer, e o que nos foi dito na altura é que, existia no 1º andar do Mercado, casas de banho que eram destinadas aos lojistas do Mercado e que nós poderíamos usar essas casas de banho para os nossos clientes. Pedimos autorização à Câmara Municipal para melhorar as condições dessas instalações que estavam completamente decrépitas, partidas sem ponta por onde se lhes pegasse. Foi-nos dito que sim, podíamos fazer essas obras.

Portanto, desde repararmos a escada do Mercado que dava acesso às casas de banho até remodelarmos completamente o espaços com loiças sanitárias, com azulejos, com mosaicos, com tudo aquilo que era necessário, iluminação, tetos falsos, inclusive com iluminação fotossensível para que os clientes pudessem aceder sem perigo nas escadas, fizemos tudo aquilo que era necessário, e desde a inauguração do espaço que, essas casas de banho ficaram também a pertencer-nos, pelo menos a podermos ter o usufruto nós e os nossos clientes das casas de banho. Quando concluímos a obra, fizemos conjuntos de chaves dessas duas casas de banho e entregamos à Junta de Freguesia para que a Junta de Freguesia distribuísse essas chaves por todos os comerciantes do Mercado. O que penso que a Junta de Freguesia fez. Portanto, a partir dai e durante estes últimos anos, até há seis meses atrás, foi assim que nós funcionamos, com muitos problemas pelo meio porque as pessoas não tratam estas instalações como deveriam e, portanto, havia uma necessidade constante não só em termos de higiene como em termos de conservação de todos os dias fazermos qualquer coisa naquele espaço, mas sobrevivemos. Há seis meses atrás, porque alegadamente havia uma fuga de água nua dessas casas de banho, as casas de banho foram encerradas. Nós desde essa altura até agora, questionamos e já enviamos para a Junta de Freguesia, não quero exagerar, mas uma meia dúzia pelo menos de emails a pedir à Junta de Freguesia que nos esclareça porque é que aquelas casas de banho estão fechadas e que nos permita sermos

nós, a expensas nossas a fazermos a reparação que se tornar necessária. Porque muito provavelmente, a reparação que é necessária, é tão simples como reparar uma torneira ou reparar um tubo ou qualquer coisa muito simples. Portanto, nós poderíamos fazer essa reparação, disponibilizamo-nos para o fazer, mas nunca obtivemos resposta.

Sabemos agora que, o Senhor Presidente da Junta a quem nós dirigimos todos os nossos pedidos, fez-nos saber que, tinha canalizado esses pedidos para a responsável do Mercado, uma Senhora de seu nome Célia Figueiredo e que estava à espera que essa Senhora respondesse, mas não respondeu nem a um nem a dois, nem a três, nem a nenhum. Procuramos junto da Junta ter uma reunião com essa Senhora, o que nos foi dito é que era muito difícil senão impossível, porque essa Senhora passava tempos infinitos que não aparecia. E nós tivemos agora depois de muitos dissabores, tivemos agora a primeira reclamação de clientes no nosso Livro de reclamações, dizendo que aquele estabelecimento não tem casas de banho."

5.1.2 – O Senhor Munícipe Francisco Pinto:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que me traz cá leva só dois minutos. Eu pedia com a autorização da Senhora Presidente da Câmara Municipal, para lhe entregar um requerimento que entreguei no dia 13 de julho de 2022, na Câmara Municipal e que até ao momento não teve resposta. Eu ligo mais ou menos duas vezes por semana para os serviços do urbanismo da Câmara Municipal, que me dizem que está para ver ou está para despacho, ou está para ver ou está para despacho, como cada chamada para a Câmara Municipal demora mais ou menos uma hora até que nos atendam, são duas manhãs perdidas.

Eu estou sem casa, isto é a minha casa onde eu habito, no decurso da reabilitação tivemos um problema com a fiscalização, foi de imediato entregue por um técnico credenciado a documentação necessária para avançarmos, desde 13 de julho, eu sei que já passaram as férias e o Natal e o Ano Novo, mais duas greves e tal, mas de qualquer maneira quase oito meses muito tempo."

5.1.3 – O Senhor Munícipe Luis Gustavo Torre:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Assunto que me traz aqui prende-se com o Cemitério de Vale Flores.

Eu fiz duas reclamações ao qual ninguém se dignou responder, penso eu que têm quinze dias para o fazer e não o fizeram, e já lá vão duas reclamações.

Eu li o Regulamento do cemitério e segundo aquilo que li, o revestimento das sepulturas é feito por relvado. Eu coloquei relvado artificial em cima da sepultura do meu sogro, e os funcionários retiraram. Eu continuo a ver as outras sepulturas, tinham relvado com relvado, considero que estamos a ser descriminados, para não dizer outras coisas.

Se o que chamam relvado é aquele que se apresenta no talhão que está em frente à entrada do cemitério, deixem-me que diga que não, aquilo são ervas daninhas que me dão pela cintura.

Não queria ver a campa do meu sogro assim. Gostaria que a Câmara Municipal fizesse alguma coisa porque do cemitério não há resposta."

5.1.4 – O Senhor Munícipe João Cão Duarte:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é João Cão Duarte, trabalho numa Associação Cultural chamada Canto do Curió, que intervém no território da Trafaria, nos Bairros do 1º Torrão, do 2º Torrão, e do Bairro Madama Faber.

Nós temos um trabalho de participação social e emancipação, nas artes, nas ciências e na politica. Com a participação na investigação cientifica dos novos decisores, que é um desses projetos que nós temos desde de 2014 a 2022, estudamos riscos ambientais no território do 2º Torrão, esse projeto foi cofinanciado também pela

Câmara Municipal de Almada, teve vários momentos públicos de apresentação, e foi um pouco desconsiderado quando se pensou a intervenção de demolição que houve neste Bairro.

Em outubro de 2022, já fazem hoje 145 (cento e quarenta cinco) dias, houve um processo muito violento de demolição e desocupação. A maior parte das pessoas foram realojadas, mas algumas ainda estão hoje em luta. O que eu venho aqui pedir é apenas uma atenção. Vão intervir pessoas que são moradores, que despenderam do seu tempo para aqui estar hoje e que pretendem apenas ter respostas às perguntas que colocam. Com certeza que há muitas considerações a tomar, nós já vimos aqui diversas vezes intervir, mas era apenas essa consideração. O nosso trabalho da minha Associação chamada Canto do Curió, tem se feito também em apoio a este grupo, este grupo de resistência, que é um grupo que resistiu no território, para lutar pelo seu direito à habitação. Ou seja, queriam algum compromisso por parte da Câmara Municipal de Almada, quando fez esta intervenção para ter uma segurança de que têm direito a uma habitação. Ninguém está a lutar para ficar lá, eu não estou a lutar para ter uma casa para mim, tenho aqui uma data de barulho e ruido que tem insurgido, que são mentiras, não é a realidade dos factos.

Então pedia apenas a vossa atenção, para ouvirem com atenção o que é dito e tentarem encontrar uma resposta a essas perguntas."

5.1.5 – O Senhor Munícipe Caramó Cassamá:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar quero agradecer a oportunidade de estar aqui e poder transmitir-vos os nossos problemas do Bairro e vou tentar ser o mais breve possível.

Digo sinceramente, o que me trouxe aqui foi para falar diretamente à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para tentar ajudar-nos, no mínimo alguém que nos diga, porque é que nós continuamos até hoje em cima da vala e não há resposta nenhuma para nós.

No meu caso são oito meses sem trabalho, perdi o emprego na Bélgica e ainda estou em cima daquela vala e não aparece ninguém para dizer que tenho de estar tal data ou tempo tal, apoio psicológico já é muito, ninguém aqui está a pedir outra coisa. Apareçam pessoas que vão até nós e falem connosco. Somos cidadãos e temos o direito de saber para onde nos vão levar e não vamos ficar aí na vala. Eu peço à Senhora Presidente da Câmara Municipal que nos ajude ou que mande lá alguém para falar connosco, para nos sensibilizar, somos pessoas humanas. É essa a minha maior preocupação.

E também fazer o ponto da situação relativamente à população do 2º Torrão. São mais de dois meses famílias inteiras a viver sem luz elétrica, no meio disto tudo existem crianças. Fui à Junta de Freguesia pedir um formulário, relatei a situação, mas continuamos na mesma. Não há ninguém que nos apoie ou que nos dê uma solução perante isso."

Agradeço muito a vossa atenção sobre a nossa situação."

5.1.6 – O Senhor Munícipe Adriano Kunzingami:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Desde o começo do processo do 2º Torrão, no inicio não fui incluído, mas com o tempo, agradeço a Senhora Presidente da Câmara que teve essa consideração em mudar esse processo e ser incluído num processo, se bem que havia uma estranheza dos meus filhos nunca terem sido incluídos nisso, sem ter tido uma pergunta a mim ou à mãe dos meus filhos, ou sequer em Tribunal porque é que os filhos não devem ser incluídos.

Mas a questão que me traz agora é, que estando no Barreiro, ter recebido um T1, tendo dois filhos, a estudar aqui na Trafaria, que continuam a viver na Trafaria, com a mãe, mas nós dividimos os dias claramente, o que é que aconteceu? É que os meus filhos têm estado a pedir para ir para casa do pai. O último fim de semana estivemos junto, como temos tido mudanças em termos de autocarros, eles no domingo não podiam ir para casa, porque se não tinham que fazer aquele caminho de ir primeiro a Lisboa e depois ir à Margem Sul para depois acabar por parar na Trafaria. Então resolvi ficar com eles também no domingo, ou seja, de sexta-feira até

segunda-feira e depois acabar por leva-los à escola. Os miúdos que entram às 09H30 acordam na Trafaria às 09H00, e desta vez tiveram que acordar às 06H00 para poderem ir à escola na Trafaria. O que para mim conta mais é claramente, tanto para eles como para mim é a presença, poderem estar a dormir na minha casa, apesar de ser um T1 estamos os três a dormir no mesmo quarto. É um bocado difícil depois ter essa rotina. Por exemplo, esta sexta-feira vamos fazer novamente a mesma rotina, porque eles têm estado a sair da escola, a gritarem que a mãe não os deixa ficar com o pai. Só que nestas condições que eu tive e agora estou mais ou menos, nem sempre dá para estar com o pai por causa da Senhora Presidente da Câmara.

Eu peço se calhar que tenham alguma atenção, porque a tipologia é, se calhar é você que escolhe, porque os documentos dos meus filhos foram apresentados. Queria ter uma resposta se, caso a Juíza que está neste caso no Tribunal, conseguisse provar que eles permanecem os quatro dias comigo, se calhar mudaria a minha tipologia para T2, já que a certidão de nascimento deles não serviu, já que o documento do Tribunal não serviu, já que não foi perguntado nada à mãe, já que não me foi nada perguntado a mim quantos dias é que afinal eu passo com os meus filhos, então eu quero passar mais tempo com os meus filhos se pudesse mudar a tipologia em que me colocou sem ter feito as perguntas legais que devem ser feitas ou no Tribunal ou nos pais, se há uma possibilidade se eu apresentar o tal papel do Tribunal que prova que eu estou com os meus filhos então mudarem a tipologia e independentemente que seja Barreiro, porque ali pelo menos eles têm um quarto o que sempre tiveram desde os seis meses da vida deles. Um tem seis anos e o outro tem doze anos.

Além disso, já da última vez que estivemos, fiquei um bocado, nós falamos muito de democracia e depois temos uma resposta. Mas contra essa resposta nunca podemos responder. Portanto, pouca democracia há nisto.

Eu só queria perguntar como é fica o caso da Senhora Helena e do Senhor Sebastião, a doente oncológica a Senhora Helena que tem 65 anos e está quase sem mobilidade nenhuma e depois o senhor Sebastião que está com diabetes e continua sem solução nenhuma e é considerado sem abrigo, mas sem abrigo somos todos se não tivéssemos nenhuma solução."

5.1.7 – O Senhor Munícipe Sebastião Tomás:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Sebastião Tomás. Continuo a dormir na rua e não tenho como. Até hoje estou à espera de casa. A Câmara Municipal destruiu onde eu morava, e levaram as minhas coisas para os armazéns da Câmara. E eu sou uma pessoa doente, paro no Centro de Dia e eles continuam a alegar que eu sou sem abrigo. Como e é que eu sou sem abrigo se eles partiram onde eu morava e levaram as minhas coisas. Isso é o que me resta saber. Como é possível. Tudo bem que eu já estive no Centro de Acolhimento Noturno, mas foi por um tempo, porque eu já morava no Bairro do 2º Torrão e eu não fiquei lá muito tempo, voltei a morar no Bairro e eles partiram a casa onde eu morava e até hoje continuo a sofrer. Dou insulina, tenho um problema de audição, tenho um problema de visão, sem equilíbrio, passo o dia no Centro de Dia da Trafaria da Santa Casa e tenho andado muito mal, às vezes os diabetes me ataca. As pessoas vão lá ver onde eu moro, aquilo não tem condições, não tem telhado, não tem nada. Quando está a chover eu tenho que estar encolhido na casa de banho e estou a passar muito mal. Eu peço-vos um grande favor, que me ajudem, para me dar um T1 ou um T0 que eu vou continuar a fazer a minha vida. Consigo cozinhar, agora neste momento a Segurança Social já respondeu, vão me pagar durante um ano o Rendimento de Inserção Social. Façam-me uma renda social, a Segurança Social vai começar a pagar. Tenho 35.00€ (trinta e cinco euros) da Companhia de Seguro pelo acidente que eu tive que também vai somar e tendo uma renda social, que eu bem mereço, então as coisas são bem diferentes. Eu não tenho para onde ir, vou voltar para Angola como, se eu estou aqui há mais de trinta anos, sempre trabalhei. Peço desculpa, vocês devem refletir o que vos estou a dizer para poderem resolver o mais rápido possível porque tenho andado muito mal mesmo. Não consigo entender, num século em que nós estamos porque é que acontecem estas coisas? Têm muitas casas fechadas e dizem que não têm. Têm casas enfrente ao Centro de Dia onde ando, fechadas. A Santa Casa continua a ir-me buscar, levam-me de novo e eu fico ali na rua. Faço uma fogueira e estou ali por causa do frio. Muito obrigado pela vossa atenção."

5.2 - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Vereador Nuno Matias, José Pedro Ribeiro, a Senhora Presidente da Câmara Municipal e ainda o Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (PS);

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradeço a todos os Senhores Munícipes que trouxeram aqui as suas questões.

Relativamente ao Senhor Munícipe Hugo Ponte, o Senhor Vereador Nuno Matias, poderá dar uma palavra, embora isto de facto, seja uma questão que tem mais a ver com a Junta do que connosco, e se o Senhor Presidente permitir eu passaria a palavra ao Senhor Vereador Nuno Matias para responder de imediato ao Senhor Munícipe Hugo Ponte e ao Senhor Munícipe Luis Gustavo da Torre relativamente ao cemitério."

5.2.2 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ao Senhor Munícipe Hugo da Ponte dar-lhe a seguinte nota: o Senhor Presidente da Junta, teve a ocasião de me transmitir que havia uma situação de infiltrações de água no Mercado, eu confesso que não detalhou, e, portanto, eu não sabia que era na questão dos sanitários, mas pedi aos serviços para tentarem articular com a Junta o levantamento das necessidades e fruto desta atualização e de uma informação mais detalhada, vou pedir amanhã já, para tentarem validar a situação para vermos de que forma é que podemos intervir. Mas queria lhe deixar nota, de que a situação que refere é uma solução que não é a mais adequada do ponto de vista de solução de localização de sanitários, por isso mesmo foi solicitado que houvesse algumas intervenções transitórias, uma delas que vai ser efetivada já no próximo dia 26 que é por exemplo, a colocação de portas automáticas em todo o Mercado, como é obvio nas entradas do piso zero, já começaram hoje, por caso a informação que eu tinha era no dia 26, mas ainda bem que começaram hoje, ficarão prontas nos próximos dois três dias. Mas há um conjunto de intervenções que estão pensadas de forma transitória, quero sublinhar, porque uma das questões que está a ser trabalhada pela área dos mercados, é exatamente no que diz respeito ao Mercado da Costa da Caparica e ao Mercado de Almada, um concurso de ideias para a reabilitação de forma total do Mercado quer de Almada, quer da Costa da Caparica, exatamente porque são mercados relevantes, são fundamentais para o espaço envolvente e para a afirmação de uma nova centralidade quer de Almada, quer da Costa da Caparica para este tipo de atividades. E, portanto, é fundamental que tenham outro tipo de condições e nomeadamente a questão dos sanitários não é aceitável aquela que hoje em dia temos e que o prejudica a si na questão do restaurante como prejudica todo e qualquer utente e todos os operadores que ali trabalham e estão diariamente. E por isso é que é esta questão das portas automáticas foi a primeira que eu quando fiquei com este pelouro identifiquei exatamente, porque era preocupante as condições de quem ali estava o dia todo e, portanto, foi a primeira intervenção, ficou calendarizada agora esta necessariamente também é importante. Portanto, eu vou dar nota, porque eu tinha já falado na questão das infiltrações, mas é útil que se perceba rapidamente a urgência dessa intervenção.

Portanto, agradecer a sua chamada de atenção ficará também comigo.

Em relação ao Senhor Munícipe Gustavo da Torre eu já tive ocasião de trocar mensagens com o responsável do cemitério, ele está a preparar uma resposta às suas reclamações. Em primeiro lugar, como é obvio, não é aceitável que houvesse uma intervenção discricionária em relação à campa do seu sogro, aquilo que me estão a dizer é que não o é. Ou seja, aquilo que está a ser feito é um levantamento destas soluções, porque como diz e bem, aquilo que acontece hoje no cemitério de Vale Flores, não é o mais adequado, infelizmente ao longo dos anos ele não teve a utilização que foi projetada, que era ser um cemitério jardim, não o é há muitos anos, há décadas certamente, estamos a trabalhar em duas soluções que passará ou por irmos para essa vertente que do ponto de vista de manutenção, não é a mais adequada mas poderá ser uma solução se for esse o nosso entendimento como custo de oportunidade, ou então uniformizar soluções de campas mais dignas do que aquela solução que hoje temos e isso nem sempre é percebido pelos utentes, a Câmara Municipal à luz do

Regulamento atual a única coisa que faz é a reposição da campa propriamente dita e não nada mais do que isso está previsto no Regulamento.

Agora, em primeiro lugar, é fundamenta que primeiro seja explicado que estas soluções de relva artificial, impermeabilizam os solos e estamos a evitar essas soluções.

Em segundo lugar, aquilo que foi pedido os serviços foi, para o contactarem para lhe responder o enquadramento destas circunstancias e é fundamental que não exista discricionariedade foi isto que pedi ao serviço para garantir que assim é, ou seja, se estão a atuar de uma forma, têm de atuar para toda e qualquer situação da mesma forma.

De qualquer maneiro eu depois vou ter consigo para ficar com o seu contacto para lhe poder mais informações daqui para frente."

5.2.3 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tanto quanto eu sei, este é um processo do urbanismo de 1961, esta obra foi embargada pelo Departamento de Fiscalização uma vez que foram detetadas obras de alteração e ampliação sem a devida licença. Não foi feito o pedido de licenciamento, tanto quanto sabemos foi alterada a arquitetura do fogo, com iluminação de paredes interiores, com o afastamento da armadura de vigas e pilares, o que poderá produzir a instabilidade na resistência da estrutura com as consequências do risco dai adveniente.

Vai ser levantado o embargo para dar inicio a obras de reforço que vão ser exigidas da sua parte, sendo que, se não foi notificado já, tanto quanto eu sei já foi feito o despacho será muito brevemente notificado da necessidade dessas obras."

5.2.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente às intervenções sobre a situação do 2º Torrão, em primeiro lugar dar nota que de facto o Senhor Vereador Filipe Pacheco não pode estar presente por boas razões, portanto eu vou-me servir das informações dos casos que tenho aqui comigo, portanto, se, entretanto, houve uma alteração relativamente aquilo que eu tenho aqui marcado, irei verificar.

Dar nota ao Senhor Munícipe João Cão, que nós tratamos todas as pessoas com consideração e respeito e, portanto, naturalmente, ouvimos o seu apelo, mas não é preciso fazer apelo porque nunca ninguém trata as pessoas que não seja com consideração e respeito.

Relativamente ao Senhor Caramó Cassamá, eu vou passar a ler, como sabem normalmente nunca coloco a questão e recuso-me de estar aqui a ler a vida privada das pessoas, mas como as pessoas vêm cá várias vezes falar da sua vida privada. Dar só nota que o Senhor Caramó Cassamá, de facto, sobre a vala apresentou uma providência cautelar, que foi indeferida, aguarda decisão de recurso. Foi-lhe atribuída uma tipologia T1 no âmbito do realojamento do 2º Torrão. Anteriormente havia contestado esta decisão alegando que o seu agregado familiar era composto por ele próprio, esposa uma filha e um neto, no entanto, a documentação destes elementos atesta a sua residência fora de Portugal.

Eu volto a dizer, estas são candidaturas com dinheiros públicos, sejam municipais, sejam do Estado, são candidaturas que apresentamos ao IHRU, e, portanto, tem que estar sempre fundamentadas e eu depois posso até dar o ponto da situação sobre essa matéria.

Recusou realojamento temporário, permanecendo na zona da vala. Portanto, já tem uma tipologia atribuída que recusa, havendo uma alteração do agregado familiar a tipologia pode ser revista. Agora nós não podemos atribuir tipologias quando a documentação não atesta que as pessoas moram cá. Penso que é evidente, penso que toda a gente entende essa circunstância.

O Senhor Adriano Kunzingami. Agradeço a sua intervenção e folgo em saber que agora já reconhece que os seus filhos vivem na Trafaria com a mãe, dar nota que aqui também apesentou uma providência cautelar que foi, entretanto, indeferida. Foi realojado de facto, como disse no Barreiro. Contesta o facto de os filhos não terem sido considerados, mas apresentou os documentos dos menores atestam uma morada que de facto é na Trafaria fora da vala.

Respondendo muito concretamente à pergunta, respondo da mesma maneira, sabemos que como também o disse, está a decorrer um processo relativamente à questão familiar, corre em Tribunal o processo de regularização de responsabilidade parental. Se o seu agregado mudar, naturalmente, a tipologia para a qual se inscreveu poderá mudar, aqui também. Mas agradeço de facto, que na sua intervenção tenha reconhecido aquilo que temos vindo a dizer sistematicamente que é: nós não decidimos sobre apenas declarações, não é possível quando depois temos documentos oficiais que contradizem aquelas que são as declarações.

Dar nota que não sou eu Presidente que atribuo tipologias, isso é um processo que é analisado com base na documentação, a mesma documentação que temos que entregar ao IHRU, e, portanto, são procedimentos aliás, que têm um enquadramento legal que é fixo, que é conhecido e que as pessoas conhecem

Relativamente ao Senhor Sebastião, aqui também como não estava inscrito não consegui ter a tempo, as indicações que eu tenho eu posso ter percebido mal, sim, o Senhor Sebastião Tomás está identificado como uma pessoa que estava em situação de sem abrigo. Tanto quanto eu sei inclusivamente, tem uma candidatura ao Habit'Almada, que não apresentou ainda a totalidade dos documentos que também aqui são necessários. Portanto, dizer que os serviços falam consigo, conhecem o seu caso, ainda hoje voltamos a falar do seu caso, eu volto a dizer, Senhor Sebastião, tem hipótese de não dormir nas condições onde está a dormir, tem hipótese de ter um teto para dormir, agora, não podemos obrigar ninguém, não o podemos obrigar a ir dormir num abrigo quando não quer dormir nesse abrigo.

Volto a dizer, se lhe pediram documentação peço que a entregue porque está de facto, seja no Habit'Almada, seja nesta questão do realojamento, sem um mínimo de documentação nós não conseguimos avançar com o realojamento.

Deixarei então para depois o ponto da situação sobre a operação da vala do 2º Torrão."

5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que me traz aqui tem a ver com aquilo que o Senhor Hugo Ponte aqui veio fazer.

De facto, o problema da casa de banho do mercado do lado oeste no primeiro andar, não é um problema novo, nem tem a ver só com a casa de banho. O que se passa no Mercado da Costa da Caparica, o Senhor Vereador Nuno Matias esteve comigo há um ano talvez, ou menos de um ano, e aquilo que se passa no Mercado da Costa da Caparica é que as infiltrações são na placa e que realmente está a danificar a estrutura principal, eu tenho fotos algo não amigas, que é para não dizer outra coisa, a estrutura é na placa, a Proteção Civil esteve no local, fez o Relatório, eu penso que a Câmara Municipal tem esse Relatório e é preciso uma obra urgente no Mercado da Costa da Caparica.

Quanto à casa de banho, por ser no primeiro andar, por não ter condições para deficientes e pessoas mais Séniors, optou-se por outra solução que a Câmara Municipal, com o Eduardo Nascimento e comigo, estamos a tentar encontrar uma outra solução térrea, com portas viradas para a rua, mas ainda não foi fácil nós conseguirmos arranjar o local para fazer umas novas casas de banho. Aquilo que têm sido as respostas da Junta de Freguesia, deixe-me lhe dizer que nós e eu enquanto Presidente sou responsável por todos os pelouros, esse pelouro não me está atribuído, mas sou responsável por tudo aquilo que se passa na Junta de Freguesia, aquilo que nós fizemos foi contratar uma empresa para perceber se realmente, as infiltrações eram realmente da casa de banho. E chegamos à conclusão segundo o relatório dessa empresa, que não era só as infiltrações da casa de banho. Portanto, se nós restaurássemos tudo aquilo que é a parte do escoamento da casa de banho, iria acontecer de novo as infiltrações. Ou seja, era chover no molhado. Então, optou-se por fechar aquela casa de

banho com a anuência da Câmara Municipal, e tentar arranjar uma outra solução. Eu lamento é que enquanto isso, só se pode usar a casa de banho cá debaixo, que é uma casa de banho comum também aos vendedores do Mercado."

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.2 – Entrou-se no ponto 2.1 para apresentação de Deliberações da Assembleia Municipal Jovem de Almada 2022, pela Porta-Voz da AMJA Inês Bernardo;

6.2.1 – A Senhora Porta-Voz da AMJA Inês Bernardo:

"Senhor Presidente, Senhores/as deputados/as Municipais;

O objetivo da minha intervenção hoje, é precisamente informar um bocadinho sobre aquilo que é Assembleia Municipal Jovem de Almada, sumarizar e fazer algumas sugestões daquilo que foi a Edição do ano passado 2021-2022.

Primeiro que tudo acho que faz sentido explicar o que é a Assembleia Municipal Jovem, sendo que podem não estar todos familiarizados. Esta foi uma iniciativa da Câmara Municipal de Almada, principalmente dirigida a todos os jovens que estavam a frequentar o ensino obrigatório ou seja, até ao 12º, tendo eu participado o ano passado quando estava a frequentar o 12º ano.

Isto acaba por ser uma iniciativa que tem como objetivo, fazer uma introdução gradual dos jovens à politica, ou seja, é dirigida para todos os jovens que sejam empreendedores, criativos, que tenham uma ideia muito precisa daquelas medidas que devam ser aplicadas no Concelho, para tornar Almada um Concelho mais dirigido para a camada mais jovem e para a franja mais jovem, é para todos os jovens interessados e que querem fazer efetivamente, politica.

Desde já gostava de agradecer a oportunidade de estar aqui, de ser pioneira naquilo que é a intervenção da Assembleia Municipal Jovem nas Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal de Almada, e gostaria de incidir um bocadinho nas recomendações que acabaram por ser aprovadas no passado ano letivo.

Concorreram apenas duas escolas, a Escola Secundária Emídio Navarro e a Escola Secundária Monte de Caparica. Eu fazia parte da lista da Escola Secundária Emídio Navarro enquanto Porta-Voz, na qual participavam mais dois deputados jovens, Sofia Terpstra e Tiago Martins, e sendo que o tema da Assembleia Municipal Jovem eram os objetivos do Desenvolvimento Sustentável, todas as medidas foram baseadas nesse mesmo tema.

Como não houve ainda uma sanção e foi a primeira Sessão, foram apresentadas um conjunto de propostas e eu gostaria só de focar aqui duas mais relevantes e que acabaram por ser mais discutidas. Contudo falou-se do objetivo de Desenvolvimento Sustentável, 2 acabar com a fome; 4, educação de qualidade; 5, igualdade de género; 10, reduzir as desigualdades; 13, combater as alterações climáticas; 14, oceanos, mares e recursos marinhos. Mas gostava de me focar no objetivo numero 3, vida saudável, que acabou por ser o mais polémico da Assembleia Jovem, e eu vou explicar em que medida é que a nossa proposta se focava.

Não sei se todos estão cientes, mas na maioria das escolas do Concelho, já existem refeições para pessoas vegan e vegetarianas, como sabemos é uma dieta por escolha, por convicções, mas o grande problema reside no facto, de que, existe cerca de 1% da população que apresenta problemas de saúde relacionados com intolerâncias e alergias alimentares e não existe nenhuma escola que seja capaz de fornecer estas alimentações adequadas a estas crianças. Ou seja, isto vai surgir logo todo um grande problema à volta desta questão. Isto porquê? Eu acredito que, jovens no secundário e com mais independência, se calhar se não conseguirem ter esta alimentação na escola, levam a sua comida de casa e conseguem ser independentes. Mas vamos pensar em crianças do 5º e 6º ano, que ainda não são independentes, chegam ao local da escola e não têm uma refeição que possam comer, não têm uma refeição adequada ao seu problema de saúde e veem-se numa situação de emergência, como é que vão lidar com este problema? Porque nenhuma escola tem infraestruturas capazes de fornecer alimentação para crianças com intolerâncias a glúten, intolerâncias a lactose e isto sem querer ser um exagero, é um problema de saúde pública. Vamos imaginar uma criança nesta situação, além de criar todo um conjunto de problemas sociais, aceitação pelos pares e etc., acaba por ser efetivamente um problema de saúde.

E nós estivemos a pensar um bocadinho sobre esta questão e consideramos que uma maneira relativamente fácil de colmatar este problema. Existe aqui um conjunto de instituições na área de Lisboa e Vale do Tejo, a destacar a Associação Portuguesa de Celíacos, a Associação Alimentação APAIA – Associação Portuguesa de Alergias e Intolerâncias Alimentares, que são muito conhecidas por darem instrução tanto em locais de trabalho como em escolas, dão instruções a professores a alunos, a funcionários de alimentação, instruções essas que são gratuitas, ou seja, não teria qualquer custo resolver este problema e que fariam com que estas crianças não se vissem aflitas sempre que chegassem à escola e não tivessem nada que pudessem comer. Estamos a ver o que é que é um jovem que vem com um destes problemas chegar a uma escola, esquecer-se de levar o seu lanche e a escola não ser capaz de fornecer uma refeição, é um verdadeiro problema e foi uma questão em que nós insistimos muito e esperemos que seja dada resposta.

Outra medida também da Escola Secundária Emídio Navarro, reside nas energias renováveis. Gostaríamos se fosse possível a implementação das trotinetes elétricas no Concelho. Cremos que no país ainda só existem trotinetes elétricas em Lisboa e no Porto. Só que esta é uma iniciativa por um lado é muito ecológica, as viagens são baratas normalmente, ou seja, dá para abranger um grande conjunto da população, não vai haver grandes disparidades e é uma forma fácil de nos deslocarmos no Concelho. Por vezes há uma grande parte das pessoas que se calhar não pegar no carro para fazer certos trajetos, que não tem carro e seria uma forma de não ter de fazer certos trajetos mais longos a pé e aqui fica inserido nas energias renováveis sendo uma forma mais sustentável.

Gostaria de saltar já para a proposta B da Escola Monte da Caparica que tinha também três deputados jovens, Frederico Ribeiro, Jorge Ferraz e Sofia Marques.

Esta lista apresentou apenas duas medidas, uma delas relacionada com as alterações climáticas, e outra com reduzir as desigualdades que foi das mais faladas na Assembleia Jovem, e estava relacionada com a implementação dos transportes públicos gratuitos para todos. Sabemos que desde a Assembleia Municipal Jovem, já foi implementado transportes gratuitos para os jovens a frequentar a escolaridade obrigatória, contudo esta medida focava-se em todos os elementos do Concelho, ou seja, em todas as faixas etárias. Na altura foi discutido se isto seria uma utopia ou não, se era possível todos os membros do Concelho terem passes gratuitos para os transportes públicos, a realidade é que seria uma ótima medida de modalidade coletiva e se é possível em Lisboa porque não em Almada?

Gostaria apenas de terminar deixando aqui umas sugestões também a titulo pessoal daquilo que foi a sessão do ano passado e que eu espero que melhor na sessão deste ano.

Primeiro que tudo, gostaríamos que houvesse participação de mais escolas, o ano passado de tantas escolas do Concelho, apenas duas escolas aderiram. Porque quanto mais escolas participarem, mais jovens, mais propostas, mais produtivo será o debate, entre os vários elementos. Se bem que sabemos pelo que foi informado, que a Edição deste ano já tem o quadruplo de escolas envolvidas, ou seja, já está a ganhar uma maior escala em todo este projeto o que é uma noticia pata toda a camada jovem do Concelho.

Em segundo lugar, e isto também a titulo mais pessoal, estando já a frequentar o Ensino Superior já não sou abrangida por todo este projeto e credito que há muitos jovens nesta situação e que apesar de já não poderem participar neste projeto querem continuar envolvidos naquilo que é a vida politica, querem começar a dar os seus primeiros passos na politica, na participação cívica e acho que seria extremamente importante que fossemos redirecionados para novos projetos, novas iniciativas.

Por último, este este foi um problema que muitos deputados jovens também falar comigo e eu gostava de transmitir aqui à Assembleia Municipal, que é relacionado com facto de num momento após Assembleia, não houve grande contacto connosco enquanto deputados jovens, uma conversa mais aberta relativamente às medidas que eram efetivamente passiveis de serem postas em caus, porque sabemos que nem tudo é possível, não orçamento para tudo, como eu tinha dito há ideias mais utópicas, mas gostaríamos que houvesse este diálogo mais aberto, que pudéssemos discutir o que é que vai ser efetivamente posto em prática, como é que vai ser posto em pratica, em que período."

6.2.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ivan Costa Gonçalves (PS), Margarida Ramires Paulos (PAN), Karim Hassam Quintino (BE) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.2.2.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu penso que esta intervenção é a prova de que esta iniciativa da Assembleia Municipal Jovem de Almada, foi uma decisão da Assembleia Municipal, implementada depois com o apoio da Câmara Municipal, é um grande sucesso.

Este primeiro ano, foi um ano em que ainda se abrangeram poucas escolas como foi referido, a Edição que neste momento está a ser preparada já tem muito mais participação e, portanto, acho que é uma aposta ganha que nos deve encher a todos de alegria e de orgulho."

6.2.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria apenas saudar a nossa Deputada Municipal Jovem Inês Bernardo, e reiterar aquelas que são as palavras do nosso Presidente da Assembleia Municipal.

Esta foi uma iniciativa que nasceu de uma proposta que o Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou nesta Assembleia Municipal à qual depois também se juntaram outros partidos e a intervenção que a Deputada Municipal Jovem Inês Bernardo aqui fez hoje, é o comprovativo de que esta foi uma iniciativa de sucesso, que está a ser uma iniciativa de sucesso e que procura fomentar não só a participação cívica, mas dar a conhecer os Órgãos do Município, não só os Órgãos Representativos como é caso desta Assembleia Municipal, mas também o Órgão Executivo que é também a Câmara Municipal, que neste caso dá o apoio à Assembleia Municipal para realizar esta iniciativa.

Não há nenhuma democracia que funcione sem parlamentos, sem assembleias, como esta, e não há nenhuma democracia que funcione sem debate e sem diferentes opiniões. A Senhora Deputada até dizia há pouco que num dos temos houve um debate mais acalorado e, portanto, é assim que faz sentido, é isso que também que nós procuramos fazer aqui, sempre com respeito, mas com diferentes posições.

Também dizer que, este projeto começou em 2019, 2020, salvo erro, ainda fizemos algumas sessões em escolas, mas depois tivemos aquilo que todos sabemos, ou seja, uma pandemia que fez frustrar as nossas expetativas no primeiro ano, no segundo ano ainda vivíamos nessa ressaca e, portanto, tivemos poucas escolas a participar, este ano já tivemos sessões em mais de dez escolas. Portanto, a expetativa que temos é de ter muito mais deputados municipais jovens eleitos. E esta iniciativa, a Assembleia Municipal Jovem é mais um complemento. Nós temos também um Orçamento Participativo Jovem já em funcionamento que foi aprovado também por esta Assembleia Municipal, e um Conselho Municipal de Juventude que foi aprovado depois do Partido Socialista ganhar a Câmara Municipal de Almada em 2017, que vem finalmente ao fim de mais de dez anos, cumprir aquilo que era a Lei, que obrigava todos os Municípios do País terem um Conselho Municipal de Juventude.

Portanto, está de parabéns a Assembleia Municipal de Almada, todos os partidos, mas o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Almada em particular, o executivo que proporcionou os meios para que esta iniciativa acontecesse e os Senhores/as Deputados que foram de facto, quem teve o trabalho de fazer o debate que interessa aos almadenses e os almadenses mais jovens."

6.2.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaríamos de saudar a iniciativa que consideramos de grande valor, pois não só aproxima os jovens da vida politica e da vida cívica, mas também lhes dá a oportunidade de levarem as suas preocupações mais longe.

É notório que para as gerações mais jovens é importante que os decisores coloquem as opções climáticas no centro da agenda politica e isso viu-se naquilo que foram as propostas dos nossos jovens. Nomeadamente, a

gratuitidade dos transportes públicos, a sua melhor circulação e eficácia, a criação de uma rede de bicicletas partilhadas, o aumento das ciclovias, assim como o retirar dos automóveis do centro da cidade, são mediadas que melhoram a qualidade de vida e o ambiente. Medidas essas também definidas pelo PAN.

Relativamente e para finalizar. Aquilo que a nossa deputada jovem nos trouxe sobre a alimentação nas escolas, é uma preocupação também desta Assembleia Municipal e de alguns Grupos Municipais, também já aqui debatida e o que propomos e até já várias vezes, através por exemplo, de um projeto piloto, é o que as escolas possam elas próprias cozinhar as suas refeições e isso faria com que esses problemas fossem mitigados, ou seja, todos os alunos podiam dizer quais seriam as suas preferências e dentro daquilo que são os seus recursos podíamos por ai ter uma alimentação muito mais adequada, muito mais saudável e mais próxima daquilo que é suposto ser."

6.2.2.4 – A Senhora Presidente da Presidente da Câmara Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não podia deixar também, aqui de dar os meus parabéns à Assembleia Municipal Jovem, aos jovens que participaram, à Inês Bernardo que fez uma excelente apresentação.

Dar nota que algumas das propostas muito nos alegram. As trotinetes já estão a caminho, é o que eu posso dizer nesta altura.

Estamos a confirmar com as escolas, as cantinas das escolas já têm uma série de refeições previstas, fixas, como as vegetarianas diferenciadoras e eu penso que em caso de crianças com intolerância a algum alimento, fazendo o pedido antecipadamente as refeições adequadas serão confecionadas. Eu com todo o respeito e toda a alegria por esta Assembleia Municipal Jovem, quero desde já descansar-vos, todas as escolas estão via a empresa que fornece as refeições, estão todas preparadas para crianças que tenham um certo tipo de intolerância a alguns alimentos, basta pedir antecipadamente para a empresa poder providenciar refeições com essas caraterísticas. Portanto, não ficam sem alimento.

De qualquer maneira muito obrigada e muitos parabéns."

6.2.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas também da parte do Bloco de Esquerda dar os parabéns à Deputada Municipal Jovem, pelo resumo que aqui fez.

Queremos salientar a importância desta iniciativa que de facto, partiu desta Assembleia Municipal e que até agora tem sido bastante positiva, eu próprio participei e tenho participado, este ano em algumas sessões, nomeadamente, a sessão de esclarecimento com os Deputados Municipais, pude ir a todas as escolas e foi de facto, uma experiência bastante interessante para mim enquanto Deputado Municipal eleito, e, portanto, queria salientar este aspeto.

Mas também não podemos deixar de referir, que algumas das propostas que foram aqui mencionadas pela Deputada Municipal Jovem, já foram apresentadas também pelo Bloco de Esquerda, nomeadamente, a questão da gratuitidade dos transportes, que nos parece ser uma questão fundamental para o Concelho de Almada e para os jovens deste Município. Nós sabemos que a questão dos transportes infelizmente, está sempre em cima da mesa nesta Assembleia Municipal, também nas reuniões da camarárias e de facto, comprovamos mais uma vez que a vontade popular, a vontade dos jovens deste Município, é de facto ter esta gratuitidade. Falou-se aqui de utopias eu ainda sou jovem, mas já vi questões que eu também achava serem utopias a serem resolvidas e a serem materializadas. Portanto, esta para mim não é uma utopia e eu creio que temos todas as condições para coloca-la em prática."

6.3 - Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.3.1- Pelo Falecimento de Vítor Manuel Figueiredo de Sousa apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU).

6.3.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vítor Manuel Figueiredo de Sousa, cidadão natural da Freguesia da Santo Estevão, Concelho de Alenquer, morador no Concelho de Almada, há mais de 40 (quarenta) anos, técnico eletricista, emérito desportista e dedicado dirigente associativo, faleceu no passado dia 16 de fevereiro de 2023.

Vítor de Sousa foi um notável atleta de rugby, tendo feito a sua carreira no Sport Lisboa e Benfica durante 15 (quinze) épocas e representado o país na seleção nacional da sua modalidade desportiva.

A sua paixão pelo desporto e associativismo levá-lo-ia, no nosso Concelho e nos anos 90, à direção do Grupo Desportivo dos Pescadores da Costa da Caparica (GDPCC), onde foi diretor e Presidente da Direção e grande impulsionador de importantes obras de melhoramentos do parque de jogos do clube.

Foi como Diretor do GDPCC que lançou a prática do rugby no então recentemente inaugurado Complexo de Atletismo da Sobreda, em cujo relvado foi fixado o campo de rugby, num processo de participação e parceria com o Município, em que teve responsabilidade e participação ativa.

Vítor de Sousa está profundamente ligado à criação de uma nova centralidade regional da prática do rugby, alcançada por mais de duas décadas de trabalho de formação desportiva – primeiro com o GDPCC, depois com o Clube Recreativo Sobredense (onde teve papel de destaque num processo de revigoramento associativo que retirou o clube de uma letargia onde vivia e o recolocou no seio do mais dinâmico associativismo concelhio) e mais recentemente com Os Mustangs, que celebraram há pouco tempo um ano de vida, com o Vítor de Sousa dirigindo, incentivando, formando, no seu jeito singular, firme, próximo, amigo.

Os testemunhos profusamente divulgados nestes dias de luto, melhor dizem da dimensão desportiva e da grandeza humana de Vítor de Sousa:

A sua paixão pelo rugby.

Grande amigo do seu amigo.

Referência para gerações de desportistas.

A energia e alegria que emprestava às suas atuações.

Homem bom e profissional competente.

"Grande senhor".

De companheiros de equipa, colegas e adversários, há palavras que são homenagens:

Sport Lisboa e Benfica, Rugby: "Grande Pilar, internacional, com 15 (quinze) épocas na equipa principal de rugby".

Lifeshaker: "Hoje perdemos um Homem. Hoje ganhámos uma lenda. Sem ti, Vítor, nunca teríamos a coragem de ter criado a Lifeshaker".

Clube Recreativo Sobredense: "Vítor, um Homem que se dedicou de alma e coração a esta casa, bem-disposto, dedicado e empenhado, sempre pronto a ajudar. Nunca esquecendo a sua verdadeira paixão, o Rugby".

Os Mustangs: "Continuaremos unidos, continuarás a ser um de nós".

Rui Sousa, treinador: "Uma marca do Benfica, mas um papel fundamental na formação dos jovens da Margem Sul. ... os meninos que hoje são homens lembram-se de ti e os pais choram a tua viagem".

João Tiago Esteves Figueiredo, jogador de rugby: "Obrigado por todas as noites na Sobreda a ensinar e a transmitir o espírito do desporto e do rugby".

A Federação Portuguesa de Rugby decretou que se cumprisse um minuto de silêncio em memória de Vítor de Sousa em todos os jogos deste fim de semana, incluindo o jogo de Seleções "Portugal-Roménia", sinal da dimensão nacional do desportista que hoje evocamos.

Assim, neste momento doloroso, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada faça uma simbólica homenagem, expresse uma palavra de gratidão pelo exemplo de dádiva e aprove um voto de pesar pelo falecimento de Vítor Manuel Figueiredo de Sousa, endereçando à sua família, aos clubes que integrou como atleta e dirigente – Sport Lisboa e Benfica, GD Pescadores da Costa da Caparica, Clube Recreativo Sobredense e Os Mustangs – as mais sentidas condolências, na certeza que o seu exemplo de cidadão, de desportista, técnico e dirigente, perdurará na memória de todos."

6.3.2 – Pelo Falecimento do Compositor e Músico Jorge Loução apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Henrique Alexandre Margarido (PS).

6.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Alexandre Margarido (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Faleceu no dia 26 de janeiro, em Setúbal, vítima de enfarte do miocárdio, o compositor e músico Jorge Loução, nascido em Moçambique, a 28 de janeiro de 1956.

Iniciou a sua carreira em 1972 e fixou-se em Almada em 1974 onde fundou, em 1980, com o saxofonista Mário Gramaço, a banda "Roquivários", cuja formação inicial incluía ainda Juca (guitarra), Midus Guerreiro (baixo e voz) e Fernando Rabanal (bateria).

Compositor de êxitos como "Cristina (beleza é fundamental)", o primeiro álbum da banda com o título "Pronto a Curtir" incluiu o sucesso "Ela Controla" que afirmou a banda na vaga do então denominado "Rock Português". A banda acabou em 1984. Depois dos "Roquivários", formou os "Graffiti", que lançaram um álbum para a CBS. A solo Jorge Loução editou o trabalho "*Encontro*".

Foi professor de Educação Musical e músico profissional. Foi também proprietário do bar "Woodstock", em Almada, que marcou gerações, onde tocava e assumia que nunca deixaria de "fazer rock à sombra do Cristo Rei".

O "Sandokan Africano" como lhe chamavam as jovens fãs da época, acompanhou também ao piano as primeiras classes de ginástica rítmica do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro.

Jorge Loução será sempre lembrado pela sua generosidade e pelos êxitos, atuações e boas lembranças que nos deixou.

Nesta hora triste, a Assembleia Municipal de Almada, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Jorge Loução, endereçando à sua família e a amigos as mais sinceras condolências."

6.4 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.4.1 – O voto de pesar pelo Falecimento de Vítor Manuel Figueiredo de Sousa foi aprovado por unanimidade.

6.4.2 – O voto de pesar por falecimento do Compositor e Músico Jorge Loução foi aprovado por unanimidade.

6.5 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.6 – Para apresentar uma Declaração Politica usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS).

6.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Durante décadas as politicas públicas de habitação estiveram ausentes das prioridades politicas no nosso país.

Tivemos inclusivamente, politicas públicas que se revelaram um autêntico desastre para a democratização do acesso à habitação, como a famigerada Lei Cristas, com a chanceler da ex líder do CDS-PP, que trouxe mais desregulação, aumento de rendas e prejuízo para os mais vulneráveis.

Entendeu-se durante décadas que o mercado a funcionar seria suficiente para satisfazer as necessidades habitacionais do país. Uma das consequências deste facto, é Portugal ter hoje um dos parques habitacionais públicos mais reduzidos da Europa, num total de 2% de fogos, quando na Holanda ultrapassa os 20%, na Dinamarca é cerca de 20% e no Reino Unido é cerca de 18%.

Desde o inicio da sua governação que o Partido Socialista tem trabalhado para inverter este cenário, estabelecendo como objetivo aumentar para 5% o parque habitacional público. E para isso criou ferramentas legais que permitissem tomar medidas concretas, desde logo, com a criação da Lei de Bases da Habitação, na Assembleia da República, que à data a oposição dizia não ter utilidade.

Desde logo também, através da elaboração de uma estratégia nacional para a habitação, e através da criação das estratégias locais de habitação, em articulação com as autarquias, que atendem as especificidades de cada território e de cada comunidade e que servem também para aferir as carências existentes relativamente ao acesso à habitação.

São hoje mais de 230 (duzentos e trinta) os Municípios que elaboraram as suas estratégias locais de habitação, e é bom referir que Almada foi um dos primeiros a ter uma estratégia local de habitação, aprovada em 2019, ou seja, a governação do Partido Socialista da Câmara Municipal de Almada, não ficou à espera que o Governo viesse resolver os problemas de habitação que existem no nosso Concelho, ao contrário do que era costume com a anterior governação.

O objetivo é que no nosso Concelho sejam construídos quase 4000 (quatro mil) fogos, quer de renda apoiada, conhecida como habitação social, quer a renda acessível, ou seja, para ajudar as classes médias a conseguirem arrendar casa.

A nível nacional foi ainda lançado o Programa 1º Direito, que permitiu a construção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.

Foi também feito o investimento na construção e na disponibilização de fogos a serem incluídos no programa de renda acessível e na Bolsa Nacional, de alojamento de urgência e temporário.

Com a pandemia, com a economia parada e com o maior abrandamento económico desde há décadas em todo o mundo, foi criado um instrumento de aceleração da economia que é conhecido por todos, o famoso Plano de Recuperação e Resiliência – PRR, do qual o Governo dotou quase 3.000.000.00000€ (três mil milhões de euros) à habitação.

Portugal é o país da Europa que aloca uma maior percentagem do PRR à habitação, cerca 1200 (mil e duzentos) fogos estão concluídos, mais 10000 (dez mil) estão em fase de projeto ou de obra, num total de mais 32000 (trinta e duas mil) habitações a concretizar até 2026.

Foram ainda apoiadas mais de 16500 (dezasseis mil e quinhentas) famílias através do Porta 65, ou do Programa de Arrendamento Acessível. Nunca se investiu tanto em habitação, nunca Portugal teve um plano tão ambicioso.

Ainda assim, este é um problema que subsiste e que se tem vindo a agravar e surge a necessidade de serem tomadas medidas adicionais.

Já em 2023, forma tomadas medidas extraordinárias como por exemplo, a limitação da atualização do valor das rendas com a respetiva compensação aos proprietários. A somar a todas esta medidas o Governo do Partido

Socialista colocou em discussão pública, um ambicioso pacote de alteração legislativa e de incentivos que pretendem dar novas respostas à crise na habitação, o Programa mais Habitação que foi apresentado há poucos dias. Este programa não prejudica as estratégias e os investimentos em urso, mas vai mais longe e procura intervir em várias dimensões por forma a enfrentar o problema social com o qual estamos confrontados.

Estão em causa mais de 900.000.000.00€ (novecentos milhões de euros) para promover uma resposta histórica a uma preocupação central e transversal da sociedade portuguesa, que diz respeito a todas as famílias e todos os cidadãos, sem esquecer os mais carenciados, os jovens e as classes médias.

Este programa está assente em cinco eixos: no aumento da oferta de imoveis para habitação, na simplificação dos processos de licenciamento, no combate à especulação, no aumento de número de casas no mercado do arrendamento e na proteção das famílias.

Por exemplo, e no que diz respeito ao aumento da oferta de imóveis para habitação, existirá a possibilidade de converter o uso de imóveis de comércio e de serviços para a habitação sem necessidade de revisão dos planos de ordenamento do território ou de licenciamento de habitação desde que a custos controlados.

Serão igualmente disponibilizados imóveis do Estado a cooperativas ou promotores privados em regime de contratos de desenvolvimento para a habitação, a construção, reconversão ou reabilitação de imóveis para arrendamento acessível.

No que toca à simplificação dos processos de licenciamento, será possível fazer licenciamento com termo de responsabilidade dos projetistas e serão aplicados juros de mora por incumprimento dos prazos legalmente estabelecidos.

A propósito do combate à especulação e por exemplo, serão eliminados os Vistos Gold.

Quanto a um dos maiores problemas existentes, a necessidade de garantir o aumento do número de casas no mercado de arrendamento, há possibilidade de o Estado garantir o pagamento após três meses de incumprimento.

Existem também a isenção de mais valias das vendas ao Estado ou ao Município, para que seja incrementada a oferta pública de arrendamento acessível. O Estado vai criar uma linha de financiamento, no valor de 150.000.000.00€ (cento e cinquenta milhões de euros) para a realização de obras coercivas, quando tal não for assegurado pelos participários.

Serão criados incentivos para a habitação das casas em alojamento local. E será concretizado o arrendamento obrigatório de casas devolutas com o respetivo pagamento de renda ao proprietário, não se tratando obviamente, de uma expropriação e não abrangendo obviamente também, outras situações como casas de férias, residências em território e fora do território nacional de imigrantes portugueses.

Este é um mecanismo que é largamente utilizado na Europa, por exemplo, na Dinamarca, em Espanha, ou na Holanda.

Por fim, no que toca à proteção das famílias, há a garantia de proteção dos inquilinos com arrendamentos mais baixos, anteriores a 1990, aos arrendatários com baixos rendimentos, com idade igual ou superior aos 65 anos, ou com deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%.

Existirá a criação de um apoio para as famílias em situação de quebra de rendimento superior a 20% ou famílias monoparentais que funcionará nos mesmos termos do Porta 65.

Os bancos serão obrigados a disponibilizar uma oferta de taxa fixa no crédito à habitação. E no que toca ao apoio à subida da taxa de juro, será criada uma bonificação do encargo com juros nos créditos hipotecários para famílias com rendimentos até ao 6º Escalão do IRS.

A estas somam-se medidas que o Governo já estava a tomar para proteger os devedores da atual subida das taxas de juro, nomeadamente, através da renegociação de créditos tendo em conta a sua taxa de esforço e que já vinham a ter resultados. As amortizações em dezembro, foram de cerca de 600.000.000.00€ (seiscentos

milhões de euros), mais 35% do que no período homólogo, e as renegociações foram de cerca de 400.000.000.00€ (quatrocentos milhões de euros), perfazendo um total de 1.000.000.000.00€ (mil milhões de euros) em renegociações.

É também um facto, que o montante em divida de empréstimos à habitação como rácio do PIB está em valores mais baixos desde a entrada de Portugal no Euro e é verdade que os valores de prestação média dos créditos à habitação têm vindo a subir, mas estão ainda inferiores a 2009 e que os níveis de incumprimento estão ainda em metade dos que existiam em 2019. Ainda assim, o Governo está a atuar preventivamente, assegurando que este aumento das taxas de juro somado à inflação e à diminuição do poder de compra que resulta da pandemia e da guerra, seja mitigado pelas politicas seguidas e que não conduza a um aumento dos incumprimentos do crédito à habitação.

O problema com que Portugal se enfrenta tem alguns motivos dos quias estão intimamente ligados com áreas em que Portugal está a ter sucesso como é o caso do turismo ou de sermos um país dos mais seguros do mundo. E as causas são também partilhadas com algumas das cidades europeias onde os preços por m2 se têm tornado incomportáveis para as classes médias dos diversos países.

É por isso mesmo, um problema complexo e não existe uma bala de prata. Uma solução única satisfatória que compatibiliza o crescimento económico do país e resolva todos os problemas. E se algum agente politico disser que sim, que existe essa solução milagrosa, está a simplesmente a ser demagógico, populista e mentiroso.

Portanto, se queremos um bom barómetro para avaliar estas medidas, a esquerda á esquerda do Partido Socialista têm dito que elas não servem de nada e a direita tem feito o discurso absurdo que o PS está a levar Portugal a um novo PREC.

Talvez este seja por isso mesmo, o melhor sinal de que estas politicas que agora estão em consulta pública e que depois serão previsivelmente implementadas, são uma resposta firme, sustentável e equilibrada, para ajudar a mitigar os efeitos de mais esta crise, assegurando o direito à propriedade privada e simultaneamente, assegurando que o direito constitucionalmente previsto de acesso à habitação digna, se traduz em politicas públicas que fazem deste direito uma realidade na vida de todos aqueles que vivem em Portugal."

6.7 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.7.1 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Maria Marras (BE), para apresentar uma Recomendação sobre "Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores";

6.7.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Maria Marras (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Escola Pública é um dos pilares da democracia. É ela que concretiza o direito constitucional à Educação e fortalece a cidadania. A ampliação da Escola Pública a todo o território e o alargamento da escolaridade obrigatória foram tarefas cumpridas por gerações de profissionais da educação que, às portas dos 50 anos do 25 de Abril, veem degradar-se as suas condições de trabalho.

Os sinais dessa degradação são conhecidos. Todos os anos há milhares de alunos sem professor a pelo menos uma disciplina. A desvalorização da carreira docente, a persistência da precariedade e de regras de concursos que provocam instabilidade e permitem injustiças têm feito milhares de docentes abandonar a profissão e poucos são os jovens que se sentem atraídos pela docência.

Ao longo dos anos, o Governo tem-se recusado a tomar medidas justas de valorização da carreira docente, como a recuperação de todo o tempo de serviço dos professores e a necessária negociação com os representantes dos docentes para a criação de um novo regime de recrutamento e mobilidade. O Governo foi impondo regras avulsas que criaram ainda mais entropia num sistema que já é uma manta de retalhos.

De forma também avulsa e sem ouvir as comunidades educativas, o Governo tem empurrado para as autarquias competências em matéria de Educação. Recentemente a Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2022, 14 de dezembro de 2022 apareceu como mais uma peça desta reforma da Educação feita de costas para os trabalhadores e para a população. O Governo criou o espectro de uma maior centralização de decisões nos municípios, em comunidades intermunicipais e em supostos conselhos de diretores. A resposta dos docentes tem sido forte, em múltiplos protestos em defesa da sua profissão e da Escola Pública.

Os processos de municipalização e de regionalização da educação são propícios à atomização dos sistemas educativos, criando assimetrias territoriais. A crítica destes processos não é medo da mudança, é defesa do direito à Educação em todo o país. Um processo de descentralização feito no interesse da Escola Pública, não seria uma municipalização, começaria pelas Escolas, pelo reforço da Gestão Democrática das Escolas. São as Escolas que podem assumir competências adequadas à escala de cada comunidade educativa, são elas quem se pode responsabilizar pelo seu projeto educativo e pela implementação local das políticas educativas.

O reforço da Escola Pública exige a defesa da Gestão Democrática das Escolas, o combate à precariedade e a valorização da carreira docente. É urgente vincular os docentes precários, recuperar o tempo de serviço dos docentes, eliminar ultrapassagens, garantir horários adequados, criar um sistema de avaliação e progressão sem injustiças, instituir um mecanismo de aposentação que responda às especificidades da profissão e que garanta o rejuvenescimento do corpo docente.

Respeitar os direitos dos professores é fortalecer a Escola Pública, é fortalecer a democracia.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 22 de fevereiro de 2023, delibera:

1. Recomendar ao Governo que proceda à recuperação de todo o tempo de serviço dos docentes, garantindo a todos os docentes o seu posicionamento no escalão remuneratório correspondente ao tempo efetivamente prestado, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Estatuto da Carreira Docente.

2. Recomendar ao Governo que reveja, mediante negociação sindical, o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho.

3. Recomendar ao Governo que crie, mediante negociação sindical, um regime específico de aposentação dos docentes de forma a garantir o término de atividade num tempo justo e a assegurar o rejuvenescimento do corpo docente."

6.7.2 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação sobre "Criação de Jardins Comestíveis em Almada";

6.7.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nos últimos anos têm sido desenvolvidas várias iniciativas que promovem a agricultura, tanto no espaço rural, como no tecido urbanizado. Iniciativas essas como a Rede de Parques Agrícolas, que visa a promoção da agricultura como uma atividade económica, numa perspetiva de sustentabilidade agroecológica; a Rede de Hortas do Concelho de Almada, que pretende estimular o aproveitamento agrícola de espaços livres no concelho, promovendo assim a produção de alimentos de proximidade, contribuindo para a amenização climática das áreas urbanas e criando corredores e áreas de ligação na Estrutura Ecológica Municipal. Mas, a atual emergência climática e crise económica, aliadas à necessidade de promoção de hábitos alimentares mais saudáveis, devem impelir-nos a ir mais longe no acesso a espaços verdes e de cultivo.

Os jardins são locais onde as plantas geralmente servem para embelezar o espaço à volta de habitações. No entanto, eles podem ser ainda mais úteis. Podemos juntar a função paisagística com as necessidades diárias das pessoas. As flores são bonitas, mas e se depois da flor vier o fruto ou o vegetal, não é ainda melhor? A proposta de criação de jardins comestíveis em Almada, alia a estética de um jardim com os benefícios de uma horta

orgânica, no coração da cidade. Pequenos canteiros, terrenos públicos sem uso, bermas da estrada com ervas, parques, transformados em espaços onde são cultivadas plantas, árvores de fruto e vegetais, que podem depois ser colhidos por qualquer munícipe.

Este conceito já não é novo e pode ser encontrado em várias partes do mundo. Em 2008, York, uma cidade no nordeste de Inglaterra desenvolveu o projeto *Incredible Edible,* que surgiu para que "as pessoas tivessem o direito de transformar bermas de estradas, campos pouco férteis em torno de hospitais, e espaços públicos vazios, em hortas e pomares". Se realmente pensarmos bem, temos que dar às pessoas mais saúde, bem-estar e acesso a boa comida. É muito simples e não precisamos de investir milhões – basta apenas usar melhor os nossos terrenos pelos quais os contribuintes já estão a pagar", disse Pam Warhurst, co-fundadora da *Incredible Edible*.

Em 2020, em Lisboa mais precisamente em Penha de França, vários vizinhos e amigos juntaram-se para criar um jardim comunitário e comestível. Neste jardim vertical podemos encontrar diferentes cheiros, sabores e cores, como Maracujá, Alecrim, Lavanda, Amora amarela, Groselha, Café... plantas que quando adultas, poderão ser colhidas e consumidas por quem ali vive. Surge assim, um espaço que qualquer pessoa pode colher o que lá nascer e deixar novas plantas na terra.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 22 e 23 de fevereiro delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada a criação de jardins comestíveis em Almada em locais centrais e de boa acessibilidade."

6.7.3 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU), para apresentar uma Moção/Deliberação "8 de março, Dia Internacional da Mulher, um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida";

6.7.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Dia Internacional da Mulher, instituído em 1910 (por proposta de Clara Zetkin) é um símbolo da luta das mulheres, em diferentes países e no Mundo, contra a inferioridade que lhe foi imposta, na lei e na vida, e a exploração e opressão capitalista das trabalhadoras sujeitas a desumanas jornadas de trabalho, salários baixos e desproteção na gravidez e na maternidade.

Uma data que, em Portugal, está ligada à luta das mulheres, na sua oposição ao fascismo, à negação de direitos económicos, sociais, políticos e culturais. Uma data erguida na luta pela liberdade, democracia e pela paz.

Com a Revolução de Abril, e o que ela abriu de transformação das condições de vida com essa conquista que constituiu o poder local democrático, em si mesmo fator de progresso também sentido pelas mulheres no seu dia-a-dia, sucessivas gerações de mulheres tomaram nas suas mãos a luta pela consagração, na lei e na vida, dos seus direitos económicos, sociais, políticos e culturais e pela sua participação em igualdade em todos os domínios da sociedade.

Uma data que, desde então é comemorada pelo Movimento Democrático de Mulheres, pelas autarquias locais e por outras organizações e entidades.

Uma data com memória, mas principalmente futuro na luta das mulheres pela igualdade no trabalho e na vida, cuja concretização é não só condição de progresso para as comunidades onde vivem, estudam e trabalham, como para a justiça e progresso do País.

A Assembleia Municipal de Almada saúda as mulheres do Concelho, bem como as trabalhadoras da autarquia na passagem do Dia Internacional da Mulher apelando para que se associem a esta comemoração, dando força à sua determinação e vontade em viver e trabalhar em igualdade, no respeito pela sua dignidade e direitos

plasmados na Constituição da República e num vasto conjunto de legislação que consagra a igualdade e a valorização do seu estatuto, enquanto trabalhadora, mãe e cidadã.

De igual modo se saúda as mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos, as que intervêm nas diferentes expressões do movimento associativo e popular e em diversas organizações que intervêm na área da igualdade.

A Assembleia Municipal assume o compromisso em defesa dos direitos das mulheres como preocupação constante na sua atividade e nesse sentido delibera:

a) Acompanhar a evolução da condição e estatuto das mulheres, enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães no concelho e pugnar por medidas que na esfera do poder central visem o cumprimento dos seus direitos e a concretização da igualdade no trabalho e na vida.
b) Promover pelos meios que considere adequados a valorização e a participação das mulheres ao longo da história do Concelho dando particular atenção ao seu papel na resistência ao fascismo e ao longo dos 50 anos do 25 de Abril.
c) Propor à Câmara Municipal a inclusão no Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação a inclusão de medidas que visem a necessária articulação entre entidades e organizações nacionais e locais com vista a exigir do poder central as medidas conducentes à garantia e reforço do acesso das mulheres aos serviços públicos, designadamente na saúde, segurança social, à educação e a uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio à infância, aos idosos e às pessoas com deficiência.
d) Contribuir de forma ativa para dar eficácia aos instrumentos de intervenção e apoio às vítimas de violência doméstica que responsabilize o poder central na criação de uma Rede de Apoio, articulada entre os diversos serviços públicos, autarquias e organizações sociais que devem intervir com vista a reforçar a informação, encaminhamento, sinalização das vítimas de violência doméstica.
e) Saudar as comemorações do Dia Internacional da Mulher e as organizações que no plano unitário as impulsionam, designadamente o Movimento Democrático de Mulheres, com longa tradição na comemoração desta data, cujo lema deste ano é «Mil razões para lutar: os direitos das mulheres têm de contar» realizando pelo sétimo ano consecutivo a Manifestação Nacional de Mulheres, a 4 de março, no Porto e a 11 de março em Lisboa."

6.7.4 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção "Criação do Centro de Congressos e Multiusos de Almada";

6.7.4.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Almada enquanto concelho situado nos limítrofes de Lisboa, a capital mais ocidental da Europa, deve-se constituir e assumir como um polo atrativo de variados eventos e de realização de espetáculos, tirando partido e beneficiando não só da sua privilegiada localização geográfica, mas também das variadas opções culturais, naturais, paisagísticas e humanas, para captar atenção e investimento que possa dar um incremento significativo ao nível da sua economia e capacidade competitiva.

Essa proximidade com Lisboa, confere ao concelho de Almada oportunidades acrescidas na eventualidade da organização de variados eventos tais como atividades culturais, competições desportivas, grandes exposições, congressos (nomeadamente nas vertentes empresariais, académicas e científicas), podendo também ser um meio de atração de grandes nomes da música mundial e nacional através de concertos e espetáculos musicais.

A não existência de um equipamento desta envergadura, conduz a uma perca de oportunidades por parte de Almada, fazendo com esta seja preterida por outros concelhos com características semelhantes, mas que praticam uma gestão de recursos e de sentido de oportunidade que culmina na obtenção de dividendos e mais-valias que se refletem nas suas economias locais.

Praticamente todos os grandes concelhos do país têm, ou tencionam ter, uma infraestrutura destas dimensões, considerando o valor acrescentado e o retorno positivo que traz para os mesmos.

A criação de um centro de congressos e multiusos moderno, com infraestruturas adequadas aos mais distintos eventos e com capacidade considerável para poder ombrear e competir com os grandes palcos que recebem esses eventos, é uma aposta no desenvolvimento do Concelho e na atracão de mais-valias e investimento, razão pela qual, não será descabido, antes pelo contrário, olhar para o centro de congressos e multiusos do concelho como uma prioridade nos planos da autarquia.

Um centro de congressos e multiusos resultará sem dúvida, em benefícios para a restauração, comércio local, oportunidade para o crescimento e surgimento de novas dinâmicas e novos negócios, na hotelaria e atividades de lazer, como implicará forçosamente, a criação de condições de acessibilidades e de meios de transporte favoráveis tal como a requalificação do espaço público. A criação de postos de trabalho e novas oportunidades de emprego, deve ser também considerada como um benefício acrescido que uma infraestrutura desta considerável importância pode acarretar para o concelho.

Almada tem de dar continuidade ao seu crescimento, à sua atratividade, tem de ser competitiva, oferecer e proporcionar, quer aos almadenses, quer a quem a visita, as melhores opções, com qualidade e com um serviço de excelência, que pode também passar entre outros equipamentos, pela construção do centro congressos e multiusos do concelho de Almada.

Tendo em conta os considerandos atrás mencionados e a necessidade de promoção de uma oferta integrada nas áreas da cultura, do empreendedorismo, do lazer e da ciência, tal como na aposta do turismo e desenvolvimento local, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 22 e 23 de fevereiro, na localidade do Laranjeiro, vem deste modo, defender a criação do futuro Centro de Congressos e Multiusos no concelho de Almada."

6.7.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção "Criação do Conselho Municipal de Turismo dos Concelho de Almada";

6.7.5.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

À semelhança do que já existe em Almada noutros sectores, a criação do Conselho Municipal de Turismo, pode contribuir para a discussão e para o aprofundar de medidas e de estratégias verdadeiramente participadas e orientadas para a uma visão integrada e abrangente na vertente do lazer e do turismo para o concelho, aproveitando todo o potencial humano paisagístico e natural, cultural e histórico, tal como a estreita proximidade com Lisboa, com o objetivo de obtenção de mais oferta e mais desenvolvimento para Almada.
As dinâmicas e atratividade proporcionadas pela vertente turística aliada aos recursos naturais e geográficos, potenciam o desenvolvimento das economias locais consubstanciado em mais oferta de emprego e mais oportunidades de negócios tornando os concelhos competitivos e ricos em diversidade e em sustentabilidade.

Com uma aposta forte no turismo, Almada pode destacar-se como escolha de muitos turistas e viajantes que procuram as ofertas no que respeita ao lazer assim como à gastronomia e às reconhecidas praias de excelência, aproveitando em simultâneo para explorar o património histórico-cultural.

Deste modo, em convergência com a criação de dinâmicas competitivas e de incentivo à atividade turística, é fundamental que a criação do Conselho Municipal de Turismo em Almada contribua, e tenha como foco principal, o aprofundar do diálogo institucional e permanente, a aproximação entre as várias entidades responsáveis direta e indiretamente na áreas do turismo e lazer, o acompanhamento e promoção da conjugação de sinergias entre os vários agentes locais, com o objetivo de encontrar soluções que levem à concretização de políticas direcionadas para um turismo de qualidade no concelho.

O mesmo Conselho Municipal de Turismo terá como missão trabalhar de forma cooperativa, podendo emitir pareceres e apoiar nas mais elementares vertentes todas as entidades responsáveis e incluídas na área do turismo nomeadamente as de economia e desenvolvimento local ou ainda proceder à análise de dados e

métricas que contribuam para o melhor conhecimento do sector, entre outras tantas que podem ser objeto da sua missão enquanto promotores do turismo local.

Este órgão consultivo, à semelhança de outros implementados noutras áreas de atuação e intervenção local, deve centrar-se na cooperação, auscultação e a participação ativa tal como no aprofundamento do debate institucional, criando mecanismos e interações que potenciem plataformas de intervenção baseadas em modelos de modernidade direcionadas e adequadas quer às necessidades quer as expectativas projetadas para futuro.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 22 e 23 de fevereiro, na localidade do Laranjeiro, vem recomendar à Câmara Municipal que tome as devidas e necessárias diligências processuais, a fim de ser criado e constituído o Conselho Municipal de Turismo do Concelho de Almada, órgão consultivo que ajudará a desenvolver, potenciar e a promover a atividade local do sector."

6.7.6 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Recomendação "Implementação do Cheque Bebé para apoiar a Natalidade e a Maternidade";

6.7.6.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma vez que os índices populacionais em Portugal têm nos últimos anos uma considerável curva decrescente, é imperioso que os decisores quer nacionais quer locais, possam meditar e estudar políticas que, a médio prazo, tendam a reverter consideravelmente os baixos níveis de natalidade como aqueles que temos na viragem do novo século.

O aumento da esperança média de vida, consequência dos constantes e supersónicos avanços na medicina e mudança de hábitos, fazem com que tenhamos uma população cada vez mais idosa, mas que não é acompanhada no outro vértice da pirâmide pelo aumento da natalidade, que possa resultar no equilíbrio populacional, razão pela qual, é fundamental que se criem condições e estímulos ao aumento das taxas de natalidade com o intuito de reverter a situação.

Com o seu propósito, e tendo em consideração que é a família o garante da continuidade da sociedade, devem ser criadas medidas que protejam a família tal como incentivos que promovam a constituição de novas famílias que possam em sociedade criar estruturas sólidas de proximidade familiar e que a ajudem a manter equilibrada e duradoura.

Quer o Estado quer as Autarquias locais, têm, neste caso, um papel fundamental no garante das condições básicas de sobrevivência de cada família, tendo ao mesmo tempo, o papel de assegurar uma vida familiar com dignidade colocando ao dispor das mesmas os instrumentos que lhes permitam atingir a plenitude da segurança e do bem-estar social e económico.

Importa, desta feita, desenvolver medidas que possam favorecer e privilegiar estratégias locais de proteção aos casais na maternidade apoiando na sua sequência a natalidade, ao mesmo tempo que se implementam mecanismos que possam mitigar os custos associados à maternidade e à parentalidade.

Devem essas medidas garantir um melhor acesso aos recursos necessários e disponíveis às famílias nomeadamente as famílias que denotem mais carências e que necessitem de um apoio suplementar àquele que é dado pelo poder central, com a finalidade de diminuição das desigualdades sociais, a promoção de oportunidades e colmatar as exclusões no seio da comunidade.

Deste modo, a par das instituições estatais, devem os municípios contribuir para a melhoria das condições básicas de vida dos casais, alargando o apoio às famílias de baixos recursos promovendo uma verdadeira oferta complementar à do estado ainda por mais em tempos de crise.

Pode, neste caso, também o Município de Almada, munido de um orçamento considerável de cerca de 160Milhões de euros, contribuir para o aligeirar do esforço mensal das famílias que se encontrem em situação precária e com muitas dificuldades económico-financeiras decorrentes da crise económica que o país atravessa, e concretizar, na prática, as suas responsabilidades sociais, não se substituindo ao Estado, mas sim, dando-lhe um carácter de complementaridade social e comunitária.

Acresce ao incentivo à natalidade, aos casais e às famílias do concelho com a presente proposta, e depois de colocada em prática, a mesma visa a adoção de linhas indiretas de apoio ao comércio em Almada, pelo facto de se criarem parceiros locais junto dos comerciantes, fomentando e impulsionando o consumo na ajuda à proliferação da economia local também ela afetada pela crise atual.

Em resumo, a proposta que aqui se apresenta, contribuirá para melhorar as condições de vida das populações e o seu bem-estar, consubstanciado num apoio ao incentivo à natalidade tal como um apoio às famílias mais desfavorecidas do concelho que possa ajudar não só a inverter a pirâmide etária desnivelada no que concerne aos baixos índices de nascimento contrastando com os elevados índices de envelhecimento, ao mesmo tempo que fomenta a fixação dos casais e famílias em Almada, atraindo em paralelo, a migração de casais e famílias para o concelho, resultante das boas práticas e medidas do município de incentivo à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A par disto, funciona em simultâneo, como um mecanismo âncora de promoção, de divulgação e de estímulo à atividade do comercial e económica local em Almada, tornando-a mais atrativa e com novos horizontes de oportunidades.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Almada, reunidas nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2023, na localidade do Laranjeiro, vem recomendar à Câmara Municipal de Almada a criação do Cheque-Bebé com a finalidade de apoiar os casais na maternidade, dando um incentivo à natalidade, ao mesmo tempo que ajuda o comércio local."

6.8 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Beatriz Leal Ferreira (PSD), Karim Hassam Quintino (BE), Margarida Ramires Paulos (PAN) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.8.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido CHEGA vem apresentar o sentido de voto relativamente aos documentos apresentados.

Relativamente à proposta de criação de jardins comestíveis, o CHEGA vai votar favoravelmente. No nosso conceito é algo que faz falta, conceitos para uma cultura e jardins comestíveis há muito deveriam ser uma realidade. Sugerimos que para além da criação de jardins como proposto pelo PAN, seja também equacionado ações de formação à população de forma a capacitar os almadenses de poderem criar e manterem os seus próprios jardins nas suas habitações.

Relativamente à moção do Dia Internacional da Mulher – 8 de Março, a que nós nos associamos, o CHEGA vai votar favoravelmente esta moção.

É importante que toda a sociedade reconheça o papel importante da mulher na sociedade civil e no seu desempenho em todos os órgãos políticos e sociais, assim como os setores empresariais.

O Grupo Municipal do CHEGA entende que há ainda um longo caminho a percorrer e muito trabalho a desenvolver na sociedade civil, mas acredita que todos os cidadãos estão a ganhar uma maior consciência sobre a temática mulher, e a sua extrema importância no seio da sociedade.

Relativamente à moção de criação de um Centro de Congressos e Multiusos de Almada. O Grupo Municipal do CHEGA entende que esta equipamento poderá ser uma importante ferramenta para aumentar e rentabilizar os

investimentos em Almada e em conjunto com uma real politica de crescimento deverá ser uma prioridade para o Concelho.

Relativamente à proposta de implementação do cheque bebé. Como partido que verdadeiramente defende a família na sua génese, no Parlamento da República, não podíamos deixar de apoiar a recomendação."

6.8.2 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao documento apresentado pelo Bloco de Esquerda, sobre a promoção da escola pública, nós estamos a favor desta proposta do Bloco de Esquerda, nós acreditamos que obviamente a estabilização do corpo docente é um dos pilares da melhoria da escola pública.

Gostaria apenas de deixar uma nota relativamente ao conteúdo do documento, não tanto à parte deliberativa, a escola pública é obviamente estrutural para o nosso país, para a construção da nossa sociedade, para a progressão social, mas a educação é um direito, ou melhor, a educação e o direito à educação não se esgota só na escola pública e temos milhares de exemplos por todo o para todo o país de como o setor privado desde as creches ao ensino superior, podem colmatar inclusiva falhas da oferta educativa. E também promovem a variedade nos diferentes sistemas de ensino. É muito importante para o PSD que se pare de ignorar um setor de atividade que também trabalha em prole da educação e da educação em Portugal, da educação das nossas crianças e que se comece a encarar esta realidade e que se inclua o ensino privado também na resolução dos problemas.

Relativamente à recomendação sobre os jardins comestíveis, nós concordamos com esta proposta e vamos votar favoravelmente também. Almada é um Município feito por pessoas ligadas à terra e que ainda mantêm o interesse no cultivo e na preservação dessas práticas. É interessante não só expandir esta relação com a terra a mais pessoas, como também integrar os cidadãos na própria preservação do espaço público.

Relativamente à moção apresentada pela CDU, sobre o Dia 8 de Março. Eu sei que em reunião de Representantes já se abordou o tema das comemorações do 25 de Abril e que ainda está a ser trabalhada a programação, mas sugeria até que se pudesse dar destaque às mulheres que trabalham não só para que o 25 de Abril se concretizasse como refere a moção da CDU, mas também que se desse destaque às centenas de mulheres que deram o seu contributo também para o processo democrático em Portugal e para estabilização democrática do país.

Relativamente às três moções apresentadas pelo CDS-PP, nós naturalmente, votaremos a favor, até porque são propostas que constam do nosso programa eleitoral.

Relativamente à questão do cheque bebé, o CDS já tinha apresentado um regulamento para a atribuição deste cheque bebé, o PSD na altura pediu a baixa à Comissão e este tema depois foi analisado na Comissão e a conclusão foi que, de facto, nem a Comissão, nem a Assembleia Municipal, têm competências para elaborar propriamente o regulamento em si. E este documento apresentado, já vai nesse sentido e, portanto, votaremos favoravelmente."

6.8.3 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para revelar o sentido de voto do Bloco de Esquerda relativamente aos documentos aqui apresentados.

Votaremos a favor das moções apresentadas pelo PAN e pela CDU e associamo-nos a esta última relativa ao Dia Internacional da Mulher, sabendo que, continuamos a ter uma sociedade com desigualdades profundas e estruturais, que confirmam de facto, a persistência de um sistema patriarcal, de um sistema machista, e por isso mesmo ainda temos um longo caminho a percorrer para garantir a liberdade e os direitos das mulheres.

Relativamente às moções apresentadas pelo CDS-PP. votaremos a favor da moção relativa á criação do Centro de Congressos e Multiusos de Almada, embora seja importante referir que, existem inúmeros equipamentos municipais que precisam de ser reavivados e acarinhados pelo nosso poder executivo.

Iremos nos abster em relação à moção referente à criação do Conselho Municipal do Turismo do Concelho de Almada, porque acreditamos que um setor como o do turismo deve ser sobretudo uma competência do Governo Central, claro está, que o Município pode e deve intervir nestas questões, mas julgamos que o cerne da questão passa por garantir que a responsabilidade efetiva desta matéria, recai sobre o Governo, até porque são as medidas do Governo que impactam profundamente o modelo de turismo que Almada ou outro qualquer Concelho possa ter. E nunca é demais relembrar que precisamos de um turismo sustentável e que proteja as populações locais, de nada vale ter um país que recebe bem quem vem de fora e que trata mal quem aqui mora.

Quanto à moção referente ao cheque bebé, iremos nos abster porque por um lado, já existem mecanismos do Município com vista a auxiliar as famílias mais carenciadas, pelo menos do ponto de vista teórico, mas sobretudo porque não é este apoio que vai resolver o problema da natalidade que é muito mais estrutural e transversal do que se pensa. Mas, como se trata de facto, de um apoio às famílias, não vemos motivos para votarmos desfavoravelmente esta moção."

6.8.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também para dar o sentido de voto do PAN, que irá votar favoravelmente a maioria das moções.

Associamo-nos naturalmente, à moção da CDU sobre o Dia Internacional da Mulher, porque estamos ainda muito longe de uma verdadeira igualdade de género e também à moção o Bloco de Esquerda sobre a escola pública, porque as greves e manifestações dos profissionais de educação são reflexo de um descontentamento, que se foi acumulando ao longo destes anos. Precisamos de rejuvenescer o corpo docente e para isso é preciso tornar a carreira docente atrativa. Compensação para os professores deslocados, rever as injustiças na carreira que afetam todos os profissionais, criar condições nas politicas educativas para rever os modelos educativos ajustando-os ao perfil do aluno do século XXI.

Relativamente à recomendação do CDS-PP sobre a implementação do cheque bebé. Consideramos que todos os apoios às famílias carenciadas com filhos são importantes, e se o cheque fosse para ajudar essas famílias teriam o nosso apoio. Mas, pensamos que incentivar a natalidade com cheque não faz muito sentido, uma vez que são inúmeras as razões que levam as pessoas a decidir ter ou não filhos nos dias de hoje e vão muito além de um pequeno incentivo financeiro. Nesse sentido iremos abstermo-nos."

6.8.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero dar nota da importância do dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher, aliás, pelas razões que estão bem esplanadas na moção apresentada pela CDU, dizer naturalmente, que é sempre bom relembrar aquilo que temos que fazer, mas também dizer que aqui a atuação da Câmara Municipal, é todos os dias em quase todos os aspetos daquilo que lá vem escrito.

Dizer naturalmente, que a Câmara Municipal, e eu estava aqui a ver se já tínhamos a programação, mas que a programação do Dia Internacional da Mulher já vai estar disponível, vamos lançar uma nova grande campanha para assinalar este dia e dizer muito concretamente, que, já que estamos a evocar o Dia Internacional da Mulher, que inicialmente era o Dia da Mulher Trabalhadora, é bom não esquecer esse facto histórico, mas dizer que nos momentos de dificuldade, nos momentos de crise, nos momentos de guerra, as mulheres são muitas vezes, juntamente com as crianças, as primeiras vitimas.

Infelizmente, nos tempos que estamos a atravessar, nós sabemos bem, recebemos muitas mulheres ucranianas que tiveram que deixar os seus maridos, os seus filhos a combater, é bom não esquecer, muitas mulheres sozinhas com crianças, que felizmente todas elas deixaram de estar no nosso Caparica Sun Center, mas que no

rosto destas mulheres ucranianas que recebemos e nos seus filhos pensemos a todas as mulheres com todos os filhos de todas as guerras e que naturalmente, também que este dia 8 de Março também sirva para relembrar isso, naturalmente, não desfazendo aquele que é o sacrifício também dos homens, dos rapazes que, de repente estão numa frente de combate arriscando a sua própria vida. A guerra é monstruosa, é monstruosa para quem está na linha da frente, é monstruoso para quem fica atrás. E, portanto, é bom nunca esquecer.

Dar nota desta campanha do Dia Internacional da Mulher. Vão-se realizar duas conferências temáticas, sobre o impacto da guerra junto das mulheres e raparigas, publicações na Revista de Almada, no Dia 8 de Março haverá um grande concerto de homenagem também a outra grande mulher, que este ano também comemoramos o seu centenário, a Natália Correia, e, portanto, Natália é quando uma mulher quiser (é um trocadilho com o Natal) e dar nota que esse será certamente, um grande concerto que nos vai marcar a todos e também nos permite relembrar essa grande figura da nossa democracia, poetiza, mulher ativista, com uma extravagância, um talento e uma originalidade que, se me permitem um comentário mais pessoal, acho que fazem falta, foram grandes Deputadas da nossa nação, não apenas a Natália, mas a própria Sofia Breyner foi Deputada, a Odete Santos que marcou tantas gerações e de facto, temos alguma saudade daquela liberdade e daquela exuberância dessas grandes mulheres, que abriram o caminho para muitas de nós estarmos aqui, estarmos onde estamos hoje."

6.9 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.9.1 – A Recomendação "Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores" foi aprovada por maioria com 21 votos a favor, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP e 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integra.

6.9.2 – Recomendação sobre "Criação de Jardins Comestíveis em Almada foi aprovada por maioria com 27 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN , 1 do eleito do CDS-PP e 11 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.

6.9.3 – A Moção/Deliberação "8 de Março, Dia Internacional da Mulher, um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida" foi aprovada por unanimidade.

6.9.4 – A Moção "Criação do Centro de Congressos e Multiusos de Almada" foi aprovada por maioria com 21 votos a favor, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 17 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.9.5 – "Criação do Conselho Municipal de Turismo dos Concelho de Almada", foi aprovada por maioria com 7 votos a favor, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 31 abstenções, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.9.6 – A Recomendação "Implementação do Cheque Bebé para apoiar a Natalidade e a Maternidade", foi rejeitada por maioria com 28 votos contra, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra; 4 abstenções, sendo 3 dos eleitos do

Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 6 votos a favor, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo à Eleição do/a Presidente e Secretário/a da Comissão Eventual sobre o desmantelamento e realojamento do Bairro do 2º Torrão:

Para Presidente da Comissão foram apresentadas 2 listas, sendo a Lista A o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco e a Lista B o Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro.

Para Secretário da Comissão uma Lista A o Senhor Deputado Municipal José António Rocha.

7.1.1 – Para apresentar as candidaturas usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

7.1.1.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O primeiro ponto do Período da Ordem do Dia, refere-se à eleição do Presidente e do Secretário ou Secretária, da Comissão Eventual para o Desmantelamento e Realojamento do Bairro do 2º Torrão.

O voto, é voto secreto, trata-se de eleição de pessoas e, portanto, tanto a Lei como o Regimento impõem que a votação se faça por voto secreto.

Nós temos no que respeita a candidatos a Presidentes, duas candidaturas, temos a Lista A e a Lista B. A Lista A, foi aquela que foi entregue à Mesa inicialmente, e tem como candidato a Presidente o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco.

Foi entregue uma outra proposta, Lista B, que apresenta como Candidato António Francisco Salgueiro, sendo os proponentes desta Lista B, a Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira do PSD e Ivan Gonçalves do Partido Socialista.

A Lista A é apresentada pelo Senhor Deputado Municipal, tem legitimidade para o fazer.

Portanto, a Lista A é o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, a Lista B, o Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro.

No que respeita ao Secretário há apenas uma candidatura que é a candidatura apresentada pelo Senhor Deputado Municipal José António Rocha, subscrita por Karim Hassam Quintino e Fátima Marras, e, portanto, haverá apenas a Lista A no boletim de voto."

7.1.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou à votação das candidaturas por voto secreto, tendo-se verificado os seguintes resultados:

Para Presidente da Comissão obteve-se o seguinte resultado: Lista A 16 votos, Lista B 20 votos e 2 votos em branco.

Para Secretário da Comissão Lista A 35 votos e 3 votos em branco.

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda, para apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 89º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada;

7.2.1 – Para apresentar o Relatório da 1ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE);

7.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A nossa Comissão realizou uma reunião no dia 12 de dezembro de 2022, onde foram apresentados o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2023 da WEMOB, as Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município para 2023, bem como as Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos SMAS para 2023.

Nesta reunião a Senhora Presidente da Câmara Municipal, apresentou as Opções e Orçamento do Município para 2023, destacando que se trata do maior Orçamento Municipal de sempre ao nível da despesa, tendo em conta a necessidade de execução do Programa de Recuperação e Resiliência, e investimentos consideráveis também na Carris Metropolitana e na aquisição de habitação com vista à expansão do parque municipal habitacional.

O Senhor Vereador Filipe Pacheco, apresentou o Plano de Atividades e Orçamento da WEMOB para 2023, destacando a implementação do dístico na hora e a atualização dos salários dos trabalhadores da WEMOB acima da inflação.

A reunião deu-se por terminada após a exposição do Senhor Vereador José Pedro Ribeiro acerca das Opções do Plano e Orçamento dos SMAS, para 2023.

O detalhe destas exposições, a questões suscitadas e as subsequentes respostas podem ser consultadas naturalmente, na Ata desta reunião."

7.2.2 – Para apresentar o Relatório da 2ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Luís Couvaneiro (PS);

7.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Luis Couvaneiro (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho apresentar o Relatório da 2ª Comissão Especializada Permanente da Educação, Cultura, Juventude e Desporto, para o 2º semestre de 2022.

Realizamos uma reunião no dia 10 de outubro de 2022, que contou com a presença de representantes de todas as forças partidárias que constituem a 2ª Comissão, e o objetivo principal desta reunião, teve a ver com algo que já assistimos aqui nesta Assembleia Municipal hoje, que foi a identificação de um tema para uma reunião da Assembleia Municipal Jovem, para o ano letivo de 2022-2023.

Como se viu trata-se de uma iniciativa do maior interesse e a proposta que este ano foi apresentada pelo Senhor Vereador e pelos serviços da Câmara Municipal, diz respeito à participação democrática dos jovens e o tema foi considerado muitíssimo relevante por todos os Senhores e Senhoras Deputados/as Municipais, tendo sido aprovado este tema por unanimidade.

Foi ainda valorizada a hipótese da participação de membros desta Comissão, e da Assembleia Municipal de Almada, nas diversas ações de sensibilização a realizar em todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas. E de facto, uma das consequências desta participação, foi uma relação que se estabeleceu entre os Deputados Municipais e os jovens das nossas escolas que nos vários momentos, se revelou do maior interesse com ações sempre muito participadas nas diversas escolas.

Foi também, nesta reunião abordado o tema do festival do Sol da Caparica, estando a Comissão na ocasião a aguardar a conclusão do relatório, por parte dos serviços da Câmara Municipal de Almada, para posterior marcação de uma reunião de temática, para abordar este tema uma vez que a Comissão acompanha também a área da cultura.

Em termos processuais foi solicitado que as reuniões passassem a decorrer a partir das 18H30 e não às 18H00 como antes vinha acontecendo, e este foi o trabalho realizado por esta Comissão."

7.2.3 – Para apresentar o Relatório da 3ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS);

7.2.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Relatório foi apresentado e está disponível para que todos possam lê-lo.

A Comissão reuniu quatro vezes durante este semestre, pode parecer que é um número elevado, mas são quatro reuniões que se justificaram plenamente. Cada uma das primeiras três, com os três membros do executivo que têm áreas de atuação que estão conexas com a Comissão e uma quarta reunião em que se fez uma visita às instalações da AMARSUL e foi também útil para os trabalhos desta Comissão e dos Deputados Municipais dos diversos partidos que estiveram presentes, portanto, estou à disposição para todas as dúvidas que entendam que devam ser colocadas.

Tendo em conta as decisões tomadas na reunião de dia 15 de junho de 2022, esta Comissão diligenciou no sentido de reunir com os três membros do executivo camarário que detêm pelouros com matérias conexas ao trabalho da mesma, tendo como objetivo o debate sobre o ponto de situação e as perspetivas futuras da ação da Câmara Municipal nestes domínios.

A reunião com a Presidente da Câmara Municipal, Inês de Medeiros, realizou-se no dia 27 de julho e nela foram abordados temas relativos à Intervenção Ambiental, Clima e Sustentabilidade.

No dia 20 de setembro a Comissão reuniu com o Vereador da Câmara Municipal Nuno Matias, tendo sido abordados temas relativos aos Espaços Verdes do Concelho.

No dia 30 de setembro, a Comissão reuniu com o Vereador José Pedro Ribeiro e foram abordados temas relativos à Administração Urbanística e aos SMAS.

Nestas três reuniões os membros do executivo deram conta dos projetos em curso nas áreas que tutelam, tendo existido um espaço alargado para que os Deputados Municipais que o pretendessem pudessem ver esclarecidas as suas questões relativas a diversos assuntos de relevância para o Concelho.

Dando continuidade aos seus trabalhos, no dia 28 de novembro a Comissão efetuou uma visita às instalações da AMARSUL na qual os Deputados Municipais tiveram a possibilidade de observar *in situ* as diversas fases de tratamento dos resíduos urbanos efetuados por aquela empresa, bem como de questionar a administração relativamente ao trabalho que é realizado (no concelho de Almada e na Península de Setúbal)."

7.2.4 – Para apresentar o Relatório da 4ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Henrique Alexandre Margarido (PS);

7.2.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Alexandre Margarido (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No cumprimento do Artigo 89º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, vem a 4ª. Comissão Permanente apresentar o seu Relatório de Atividades.

Assim, neste período a Comissão reuniu com o Sr. Diretor do Centro de Emprego de Almada, que apresentou aos deputados municipais os dados relativos ao desemprego registado no mês de julho de 2022, relevando os aspetos seguintes:

Regista-se uma tendência estável, com tendência a diminuir;

- 58% relativos a mulheres e 42% a homens;
- 8% relativo ao 1º emprego e 92% a novo emprego
- 85% nacionais e 15% outras nacionalidades
- No que respeita à faixa etária dos desempregados:
- 7% até aos 25 anos
- 19% 25 a 34 anos

- 46% 35 a 54 anos
- 28% 55 anos ou mais

A Comissão reuniu ainda no passado dia 17 de janeiro tendo definido as diversas atividades a desenvolver durante o ano de 2023."

7.2.5 – Para apresentar o Relatório da 5ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Luisa Rodrigues (CDU);

7.2.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luisa Rodrigues (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No segundo semestre de 2022, foram realizadas 3 reuniões, nomeadamente com o Conselho de Administração do Hospital Garcia de Orta, com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo- ARSLVT e com o senhor vereador da habitação, Dr. Filipe Pacheco.

Na reunião com o Conselho de Administração do HGO, foram abordadas questões relativas aos tempos de espera na urgência, falta de médicos e enfermeiros, dificuldades de contratação, articulação com os cuidados de saúde primários, abertura do centro integrado de dermatologia, problemas existentes nas especialidades de ginecologia e obstetrícia, entre outras.

Considerando que o conselho de administração só havia tomado posse há cerca de um mês, foi informado que ainda se encontravam a delinear a estratégia a adotar. O Conselho de administração promoveu reuniões com diversas entidades, entre elas a CMA, o ACES Almada/ Seixal, com quem vão passar a ter reuniões mensais, e a Segurança Social.

Estão a reunir com todos os serviços hospitalares por forma a ter uma visão global do hospital e definir objetivos para 2023.

Ficou acordado que se realizariam reuniões trimestrais do conselho de administração com a 5ª Comissão Permanente.

Decorreu também uma reunião nas instalações da ARSLVT, com a Dra. Laura e o Dr. Luís Pisco, tendo sido respondidas algumas das questões colocadas. De acordo com as alterações na estrutura da saúde irão ocorrer mudanças na ARS e nos cuidados de saúde primários. Prevê-se que as administrações ocais de saúde não desapareçam, mas fiquem apenas a gerir a saúde pública e a DICAD – Divisão de intervenção nos comportamentos aditivos e dependência.

Na área da saúde oral, o cheque dentista colmatou alguma lacuna, houve também alguma estratégia de contratar dentistas, mas continua a ser uma especialidade com muita instabilidade por ausência de carreira, ao contrário dos higienistas orais.

Está previsto criar equipas de saúde mental comunitárias constituídas por psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, pedopsiquiatras e terapeutas ocupacionais.

Quanto ao hospital do Seixal, não será um hospital convencional, terá uma boa resposta de ambulatório, tecnologia para exames, camas para cuidados continuados e irá funcionar sempre em articulação com o HGO. Decorreram recursos em tribunal pelo que houve atrasos nos concursos públicos, contudo a ARS ganhou os recursos, o processo já foi para tribunal de contas, o cronograma de construção é de 24 meses, a construção do hospital será com verbas do OGE, o equipamento será com verbas do PRR.

Em 14 de Setembro realizou-se a reunião com o Sr. Vereador Filipe Pacheco sobre a situação do 2ª Torrão.

Em resposta às várias questões colocadas, foi clarificado pelo Sr. Vereador que a situação do 2º Torrão era uma situação de urgência e não de emergência, poderia passar a emergência em 1 de outubro. A CMA tem o compromisso de propor uma solução de realojamento a todas as famílias. Nesta data estava 1 família com o

processo completo de realojamento na Miratejo, 16 em processo de realojamento, 14 a confirmar interesse por parte dos proprietários e 7 sem solução habitacional.

A CMA tem um armazém disponível para guardar os bens das pessoas que ainda não tiverem realojamento habitacional, a fiscalização já está no terreno, a CMA tem-se substituído às famílias e feito as candidaturas ao IHRU e dado apoio ás famílias na procura de habitação e em todo o processo de candidatura aos programas de apoio á habitação.

As habitações irão sendo demolidas à medida que vão sendo desocupadas.

Continuam pendentes as respostas aos pedidos de reunião dirigidos ao IHRU e ao ACES Almada/Seixal, enviados em março e maio de 2022, não obstante terem sido enviadas várias insistências."

7.2.6 – Para apresentar o Relatório da 6ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU);

7.2.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O presente relatório, no cumprimento do estabelecido no regimento da Assembleia Municipal de Almada, tem como objetivo demonstrar a atividade da Comissão supramencionada no segundo semestre do ano 2022.

Assim,

Na reunião ocorrida no primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, por solicitação da Comissão, foram abordados assuntos relativos à nova rede da Carris Metropolitana no concelho de Almada, na presença da Presidente da Câmara Municipal, Inês de Medeiros e do Vereador José Pedro Ribeiro.

Das várias intervenções foram salientadas as falhas iniciais da implementação da rede e a pouca informação por parte da TML nos novos percursos e nas alterações introduzidas no novo serviço público de transporte rodoviário.

Foram destacadas como positivas as cinco sessões públicas de esclarecimento às populações realizadas nas cinco Freguesias/Uniões de Freguesia durante o mês de julho.

Das reuniões ocorridas entre a Câmara Municipal e a TML para a resolução dos problemas surgidos na nova rede de transporte rodoviário foi identificado que há um incumprimento por parte no operador que resulta das dificuldades sentidas no início da operacionalização.

Foi dada informação sobre a aplicação de novos horários a partir da segunda quinzena de setembro correspondente à abertura do novo ano letivo.

Conforme consta na ata n.º 8/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, que teve lugar nas instalações da Área Metropolitana de Lisboa, foi referido pelos representantes desta entidade que todo este caminho da nova rede de transporte público rodoviário tem sido feito com o objetivo de melhorar a rede. No entanto, são reconhecidas as dificuldades e complexidade de todo este processo de implementação da rede de transportes da Carris Metropolitana. Toda a contratação de motoristas e a carência de recursos humanos para esta operação fragilizaram todo o processo. Salienta-se o esforço da operadora para robustecer a operacionalização da nova rede e para cumprir o estabelecido entre as partes. Dentro deste quadro, a TST avançou com propostas e mesmo com dificuldades conseguiram implementar horários mais próximos do exigido. Perante a identificação de erros, forma feitas correções e ajustes durante os meses de julho e agosto, num total de duzentos e oitenta e oito reposições de horários e carreiras.

Este é um projeto que deve ser salvaguardado e melhorado, de forma a dissuadir o uso do transporte individual.

Conforme consta na ata n.º 9/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, que teve lugar nas instalações dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Almada, a propósito da consulta pública do novo regulamento de estacionamento municipal, foram informados os senhores deputados municipais desta comissão sobre os procedimentos tomados pela Wemob relativamente a este assunto, na qual endereçou convites a diversas entidades especializadas nesta matéria para a análise e elaboração do regulamento, informando, ainda, sobre o alargamento do período de consulta pública. Foi manifestada toda a disponibilidade da Câmara Municipal para aceitar propostas de alteração.

Este regulamento assenta num estudo no tocante à rotatividade de estacionamento, com uma solução diferenciada (mista) nas quarenta e duas zonas de estacionamento existentes em Almada, ficando de fora a questão dos parques subterrâneos pela diferença na regulamentação relativamente a estes comparativamente ao estacionamento à superfície.

Conforme consta na ata n.º 10/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos onze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, nas instalações da Fertagus, os deputados municipais focaram a necessidade de investimento na rede ferroviária do eixo Norte-Sul, particularmente na construção de uma estação em Vale Flores, à semelhança do que irá ocorrer na margem norte nos próximos anos com ligação à Gare do Oriente/Parque das Nações.

O conselho de administração informou os deputados municipais que os investimentos são da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal e de outras entidades governamentais. A Fertagus apenas gere a operacionalização das infraestruturas ferroviárias e se os investimentos foram feitos cumprirá os requisitos contratualizados. É preciso investimento em material circulante e recursos humanos para garantir que operação do serviço seja eficaz, considerando que novas estações e extensão de ligações implicam um aumento da procura por parte dos utentes. Quanto à estação de Vale Flores, se esse for um entendimento dos responsáveis governativos, a Fertagus assegurará a sua operacionalização com os meios necessários para esta nova possibilidade, admitindo o grupo concessionário a responsabilidade pela gestão dos investimentos a efetuar.

Outra questão levantada pelos deputados municipais foi a necessidade de articulação de horários com outros modos de transporte que servem os interfaces, com os quais a Fertagus estabelece ligação, sendo a Comissão informada que a empresa não teve, até à data, qualquer participação neste processo, mas que considera fundamental para melhoria da prestação do serviço.

Conforme consta na ata n.º 11/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão."

7.2.7 – Para apresentar o Relatório da 7ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS);

7.2.7.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

A 7.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Almada – Direitos dos cidadãos, Proteção Civil e Segurança - doravante designada por Comissão – realizou uma reunião no período em apreço do presente relatório, que teve lugar no dia 27 de outubro, na qual foi recebido o Senhor Vereador Filipe Pacheco, responsável pelos pelouros de Sistemas de Informação, Inovação e Territórios Inteligentes, Manutenção de Equipamentos e Frota, Comunicação, Habitação, Desporto e Juventude.
Nessa reunião, o Senhor Vereador teve a oportunidade de partilhar com os deputados municipais o ponto de situação sobre a instalação da Loja do Cidadão no concelho de Almada, estando identificada a sua localização, a qual corresponde aos requisitos estabelecidos pela Administração Central. Esta será uma infraestrutura de

proximidade aos cidadãos, e que terá o seu financiamento garantido através de verbas inscritas no Plano de Recuperação e Resiliência.
Foi igualmente dada nota de alguns dos desenvolvimentos que estão a ser feitos pela Câmara Municipal no que respeita ao atendimento ao munícipe e à modernização dos serviços, nomeadamente nos serviços on-line e na preocupação que com a gestão dos dados que são recolhidos por diferentes serviços camarários na centralização dos mesmos numa base de dados única.
Também neste período foram solicitadas visitas e reuniões às seguintes entidades, as quais aguardam o respetivo agendamento:
- Comando do Destacamento Territorial de Almada da GNR

- Comando da Divisão Policial de Almada da PSP

- Comando do Posto da Polícia Marítima da Costa de Caparica

- Direção da Associação Humanitária e Comando dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas

- Direção da Associação Humanitária e Comando dos Bombeiros Voluntários de Almada

- Direção da Associação Humanitária e Comando dos Bombeiros Voluntários da Trafaria.

Conforme já anteriormente reportado, a identificação e priorização das audições e visitas propostas foram estabelecidas por decisão unânime dos deputados municipais que constituem esta Comissão."

7.3 – Usou ainda da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco.

7.3.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para felicitar o trabalho das Comissões e reconhecer o papel que as Comissões têm para complementar o trabalho da Assembleia Municipal. O CDS não está presente como efetivo em todas, mas tem acompanhado os respetivos trabalhos das restantes Comissões, portanto, a relação tem sido boa, tê,-se efetuado bastantes visitas, tem-se ouvido e auscultado bastantes entidades, mas eu gostaria de sublinhar quer estes pontos positivos, quer os pontos menos positivos, e já foi referido aqui hoje, nomeadamente, pela Presidente da 5ª Comissão Permanente e tem a ver com a falta de resposta insistente por parte do ACES Almada/Seixal, ao qual continuamos sem perceber porque é que se recusa e quando digo recusa, é porque não tem resposta, o email que é enviado é rececionado penso que não há qualquer problema em contrário, portanto, não conseguimos perceber porque é que persiste essa falta de resposta e de consenso para reunir com a Assembleia Municipal.

Depois quero também frisar o IHRU, também foi falado por parte da Senhora da 5ª Comissão, e no que respeita à 6ª Comissão, os TST também não obtivemos qualquer resposta.

Sinceramente também naquilo que diz respeito, embora eu não seja membro efetivo, mas o Regimento assim me dá essa benesse de participar e de ter igual participação que os restantes Membros efetivos, mas estranhamos a falta de resposta, nomeadamente por parte das autoridades de segurança, até porque eles foram bastante prestáveis relativamente à 5ª Comissão, e, portanto, não percebemos então o porquê dessa ausência também, todas as forças de segurança têm sido sempre tão prestáveis e deixado sempre da sua parte qualquer colaboração em aberto, e estranhamos porquê essa ausência de resposta."

7.4 – Entrou-se no ponto 3.4 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Nomeação para o atual mandato autárquico, na sequência de procedimento por consulta prévia com o n.º CP00204s2023, da Sociedade "DIZ & ASSOCIADOS, SROC, LDA" NIF 503103012 para Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados (cf. previsto no artigo 77.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)";

7.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.4.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dando cumprimento ao previsto no nº 1, do artigo nº 77º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, por deliberação do órgão deliberativo competente sob proposta do órgão executivo, é nomeado o auditor externo responsável pela Certificação Legal das Contas, competindo ao auditor Externo proceder, anualmente, à Revisão Legal de Contas do Município e dos Serviços Municipalizados e pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por Lei. O anterior contrato previa a cessação com a Certificação Legal das Contas, do ano económico de 2021.

Na sequência da consulta prévia, foi proposta adjudicação referente à aquisição de serviços da Auditoria, Revisão e Certificação Legal de Contas, do Município e dos SMAS. Houve uma série de procedimentos que ficaram vazios e que tivemos que recomeçar, pelo que naturalmente, a Câmara Municipal não focou sem Revisor, foi lançada nova consulta prévia e dessa nova consulta prévia resulta que o concorrente DIZ & ASSOCIADOS, SROC, LDA, foi adjudicado ou propõe-se a sua adjudicação pelo valor de 50.000.00€ (cinquenta mil euros), um contrato plurianual, acrescido naturalmente do IVA à taxa legal em vigor, pelo que se propõe que a Assembleia Municipal delibere favoravelmente esta nomeação da Sociedade que acabo de referir."

7.4.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade.

7.5 – Entrou-se no ponto 3.5 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Aprovação da minuta de contrato de compra e venda de aquisição de parque de estacionamento (com 111 frações) e 4 frações comerciais sitas na Rua Comandante António Feio, 26 e 26ª, em Cacilhas";

7.5.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.5.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta que hoje aqui trazemos é uma proposta que já cá veio e que diz respeito à aquisição por parte da Câmara Municipal de 111 frações de estacionamento e 4 frações autónomas para uso comercial, na rua Comandante António Feio, em Cacilhas. Este contrato naturalmente, tem que ir a Tribunal de Contas, por lapso não foi inserido nesta votação e na Câmara Municipal, a Minuta da proposta de contrato, embora a Minuta reproduza tudo o que estava na proposta que foi aprovada aqui pelos Senhores Deputados Municipais também, facto que, foi salientado pelo Tribunal de Contas e, portanto, vimos aqui pedir a vossa aprovação da Minuta agora sim, nos termos formais em que ela deve ser apresentada, pedindo desde já desculpa por este lapso e agradecendo desde já o voto anterior que esperamos naturalmente, ver reafirmado nesta votação."

7.5.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade.

7.6 – Entrou-se no ponto 3.6 da agenda, relativo à apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

7.6.1 – Para apresentar a Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal Acerca da Atividade Municipal, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.6.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há cerca de um ano, entravamos em 2022 com a esperança e a força de quem soube enfrentar uma pandemia, conscientes, no entanto, de que esta deixou em todos nós marcas profundas.

O inesperado e brutal regresso da guerra à Europa, veio de novo desafiar-nos e pôr à prova a nossa capacidade de adaptação às circunstâncias.

Hoje, a dias de cumprir-se um ano da invasão Russa na Ucrânia, esta sexta-feira 24 de fevereiro, é com preocupação, mas também com a mesma energia e confiança, que enfrentamos a crise económica, social e energética que esta guerra despoletou, sem abandonar naturalmente, as prioridades que foram definidas e com que nos comprometemos junto dos almadenses.

Uma confiança de quem tem a honra e o privilégio de estar à frente de uma comunidade, que demonstrou nos momentos de maior dúvida e incerteza, a enorme resiliência e acima de tudo, um inesquecível sentido de solidariedade e coesão.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, este é um executivo que desde o primeiro dia, escolheu a habitação como um tema absolutamente central do mandato. Para além de ser um dos mais gravosos problemas que o nosso Município enfrenta do ponto de vista social, pondo em causa um direito fundamental a uma habitação digna para muitos almadenses, todos independentemente da sua origem, todos são almadenses, o adiar da sua resolução ao longo das últimas décadas, também pôs em causa o desenvolvimento económico e ambiental do nosso território.

É pura demagogia tentar fazer crer que é um problema de rápida resolução, até porque rapidamente percebemos, que a reabilitação de fogos vagos, não seria suficiente para acomodar as necessidades identificadas.

Sempre foi para nós muito claro, que só com construção nova, aumentando o nosso parque habitacional, conseguiríamos criar respostas adequadas. Só que nesta como noutras matérias, a nossa ação não se pode cingir a uma única estratégia, pelo que temos de saber enfrentar as situações presentes enquanto construímos o futuro.

Neste sentido, 2022, foi sem dúvida um ano especial e demos passos decisivos para colocar ou começar a colocar um ponto final nos bairros degradados de habitação mais precária, aquilo que todos nós conhecemos como os bairros da lata de Almada. Nunca aceitamos e repudiamos veemente as condições em que vivem centenas de pessoas. As faixas mais vulneráveis da nossa comunidade. Foi com essa preocupação em mente e perante um perigo que representava o avançar de estado de degradação da vala que atravessa o 2º Torrão, que não hesitamos a salvaguardar as vidas e os bens, e se avançou com a retirada e realojamento das pessoas que ali residiam.

Foi uma operação difícil e que exigiu coragem e firmeza por parte de todos os serviços municipais, a quem mais uma vez agradeço.

Passados poucos meses e ultrapassando o lamentável clima de guerrilha partidária, posso hoje afirmar, com um enorme sentimento de missão cumprida, que tudo decorreu de forma pacifica, permitam-me que vos diga, todos nos diziam até por exemplo, Municípios à volta, todos diziam e provavelmente alguns desejariam que viéssemos a recorrer às forças de segurança e tudo fizeram aliás, para incitar a momentos de violência, devo dizer que tudo decorreu de forma pacifica que tudo decorreu de forma ponderada e que hoje já ninguém felizmente, de encontra em unidades hoteleiras, que todos os casos mesmo os que ouvimos hoje, tirando um, têm habitações identificadas e atribuídas, sendo já 56 totalmente reabilitados e que os restantes que ainda não estão efetivamente numa casa, se prende com um processo mais moroso, porque aguardávamos respostas de entidades externas, nomeadamente, as providências cautelares, que em muito atrasaram este processo, mas também por exemplo, o SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que apenas nos respondeu na semana passada, porque também estamos a trabalhar para que estas pessoas tenham a sua situação regularizada.

O país atravessa uma séria crise da habitação e é por isso com especial atenção que o executivo da Câmara Municipal, olha para este problema a nível local.

Temos acompanhado de perto, e por isso também, graças ao esforço do Governo, importa dizê-lo, foi possível encontrar uma solução através do programa" Porta de Entrada" do IHRU.

Mas nossas politicas de habitação vão muito para lá das situações de emergência como foi esta, sempre em estreita e quero agradecer aqui, em estreita articulação com o Governo, que de facto, tem sido incansável, e temos tentado criar soluções para problemas que se arrastam há muitas décadas. Nunca é demais lembrar de onde partimos.

Em finais de 2017, para além de não haver um levantamento fidedigno do estado e da ocupação do nosso parque habitacional, não existia estratégia local de habitação, não existia regulamento de atribuição de casas, não havia nem controlo nem atualização de rendas, nem sequer um serviço municipal devidamente organizado e preparado para enfrentar este problema maior. Havia sim, uma imensa desconfiança por parte da população e sobretudo, um sentimento de injustiça que a falta de transparência na atribuição de bens públicos sempre gera.

Este caminho diário de trabalho, permitiu em 2019, para além da nossa estratégia local de habitação, assinarmos o protocolo com o IHRU, para a construção de 3500 fogos de renda acessível e renda apoiada da nossa parte, naqueles terrenos, e em 2022, deu-se inicio à primeira fase de construção do Plano Integrado de Almada, lançando a primeira pedra para a construção de casas a renda acessível.

Estamos a trabalhar não só para quem mais precisa, para os mais frágeis de entre nós, mas também, para uma classe média e para quem escolhe Almada, para criar uma vida em família assim como para os jovens.

Lançamos também no seguimento da nossa politica de habitação, lançamos ainda em 2022, 4 candidaturas ao PRR, num investimento superior a 14.000.000.00€ (catorze milhões de euros) não apenas para a construção de 95 fogos, para aquisição de 3 novas casas e a reabilitação de outras 40 habitações municipais. Estando os projetos arquitetónicos em fase de finalização até ao verão, serão ainda lançados em 2023, os concursos para as empreitadas, assim como para os projetos de arquitetura, para a construção de mais 140 fogos nas Terras da Costa.

Temos ainda previsto um investimento de 2.000.000.00€ (dois milhões de euros) para aquisição de habitação municipal alguns aliás, já exercemos os direitos de preferência, com o objetivo de reforçar o programa de renda apoiada, diminuindo a lista de espera do Habit'Almada.

Este ano, prevemos lançar ainda o projeto de reabilitação, mais 4 lotes de reabilitação, de mais 382 fogos, num investimento, que numa primeira abordagem, e tem que ser revisto, supera os 12.000.000.00€ (doze milhões de euros).

Face às medidas apresentadas, na semana passada pelo Governo, estamos a adaptar algo que já anunciamos que é o programa de apoio ao arrendamento, para não haver duplicação e poder ser uma complementaridade, que já estava a ser trabalhado e que conta já com uma dotação inicial de 500.000.00€ (quinhentos mil euros) para apoio à renda dos jovens e famílias da classe média.

A aposta do futuro neste nosso território não seria possível sem um investimento de base na educação e na formação. 2022 foi o ano que marcou a transferência de competências na área da educação, o que nos aproximou ainda mais de toda a comunidade educativa. E é com toda esta comunidade educativa que temos estado a trabalhar, para redesenhar a carta educativa e para criar o Plano Municipal de Educaçã, documentos que vão ser finalizados e apresentados ainda este ano.

Estes importantes e estruturantes documentos, vão permitir atingir os objetivos de melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, reduzir a taxa do abandono escolar, aumentar a oferta de cursos profissionais, garantindo a diversidade e pluralidade de percursos e, entretanto, as outras medidas, promover o aumento de acesso ao ensino superior.

No que diz respeito ao parque escolar, inauguramos no ano passado a requalificação e ampliação do Jardim de Infância da Sobreda, que finalizamos e felizmente, este ano já conseguimos lançar, lançamos o concurso e vai ser agora lançada a empreitada para a conclusão das obras da Escola Básica Maria Rosa Colaço.

Também temos a finalizar as obras da Carlos Gargaté, que também naturalmente, são processos que já vêm de 2022. É naturalmente para nós um projeto importante, dado que marca a diferença passando aquela Freguesia a poder receber alunos do Secundário, sabemos que não é suficiente, é um primeiro passo só se caminha dando passos uns depois dos outros.

Num outro patamar, importa dizer também que no ano passado, foi apresentada uma candidatura que foi aprovada para a criação de uma residência universitária na Romeira, num investimento de mais de 3.000.000.00€ (três milhões de euros), e que vai permitir alojar cerca de 115 estudantes, ou estudantes ou investigadores, até porque a candidatura exige que haja estas duas possibilidades. Também aqui estamos na fase de projeto, mas os termos da candidatura foram feitos o no passado estão neste momento a decorrer nos prazos normais.

E vamos continuar a contar com as ideias dos jovens. Em 2022 foi como já aqui foi referido, organizada a primeira Assembleia Municipal Jovem, numa demonstração clara do poder de uma democracia aberta a todos, inclusiva e participada por todas as gerações. Este ano 2023, será ainda para além da 2ª edição, será ainda criado o Plano Municipal da Juventude com o objetivo de definir estratégias e linhas orientadoras escutando todos os agentes. Depois de exemplos de sucesso como o Estúdio de Música que Live Checker inaugurou ainda no ano passado, o Orçamento Participativo Jovem tem naturalmente, uma garantia reforçada de nova edição para este ano.

Em 2023, isto é um processo longo, e eu quero deixar aqui o meu agradecimento, vai-se operacionalizar, pelo menos dar-se inicio à transferência de competências para as Juntas de Freguesia e permitam-me que aproveite este espaço para agradecer a disponibilidade não apenas dos Senhores/as Presidentes de Junta, mas também todas as equipas, para todas as reuniões sectoriais que temos feito e que têm sido um trabalho muito importante para todos nós. Mas também, é a efetivação da transferência de competências na área da saúde, da ação social, e que se complementa com a transferência sobre a higiene e espaços verdes para as Juntas de Freguesia. É um trabalho que vai aprofundar a gestão e as relações de proximidade entre as estruturas do poder local e as populações, e na qual a Câmara Municipal de Almada, assume o compromisso de um envolvimento sem barreiras e de total colaboração com todas as Freguesias e Uniões de Freguesias.

Um dos desafios que temos enfrentado, e que temos que enfrentar cada vez mais e ser cada vez mais eficientes, são as alterações climáticas. Trata-se de um desafio de uma geração, sobretudo da nossa geração, pensando nas gerações futuras. E este será sem dúvida o mais pesado legado que para o bem ou para o mal, deixaremos às gerações vindouras. Como bem sabemos, todo o nosso território está particularmente exposto a estas mudanças globais e essa exposição têm riscos associados. Este é um fator de peso no planeamento urbanístico e territorial em Almada. É essencial pensarmos o território tendo em conta o reaproveitamento das águas, a mitigação das ilhas de calor urbanas e as alterações da zona costeira. E é por isso, que na revisão do PDM, estão previstas já uma série de medidas que vão nesse sentido, desde a criação de corredores verdes, mas também a criação de hortas urbanas, ou jardins comestíveis, estamos numa lógica que é a introdução de verde dentro dos nossos espaços urbanos.

Revisão do PDM, que está como sabem em consulta com as entidades e que prevemos está a correr bem, que possa estar terminada até final do ano.

Em 2022, por isso mesmo, demos também inicio à criação do Plano Climático de Almada 2030, ao qual daremos continuidade este ano e à sua execução, tendo também como base o objetivo de até 2030, obter uma significativa redução de emissões de CO2 e ambicionando atingir a neutralidade carbónica até 2050.

Para 2013 prevemos por isso, continuar a investir na mobilidade suave através da requalificação e criação de mais vias cicláveis, num total de cerca de 50 Km o que permitirá acolher o projeto piloto assinado o ano passado

para a introdução de trotinetes e bicicletas elétricas partilhadas no nosso Concelho. A falta de vias especificas tem sido um dos grandes problemas para a introdução.

Vou passar às grandes obras que todos conhecem, a Avenida do Mar, a Estrada Florestal, o troço final da IC20 e todas as empreitadas de asfaltamento que foram lançadas e já estamos a lançar a 2ª dição, com uma questão muito importante que é, em todos os sentidos podermos criar passeios, garantir a acessibilidade de todos, porque para além das questões de segurança, Almada tinha um grande deficit do direito a todos circularem, sobretudo, aqui também os mais frágeis, pessoas em cadeiras de rodas, os mais idosos, mas também onde passa uma cadeira de rodas passa um carrinho de bebé e vice-versa.

Portanto, é para nós fundamental esta requalificação das vias, tem naturalmente também, como base esta dado essencial que é garantir a acessibilidade de todos.

No desporto, naturalmente, não posso deixar de referir a primeira vez que Almada recebe o Grand Prix de Judo, acolhendo mais de 600 atletas, e que todo o trabalho que na construção do Plano Estratégico do Desenvolvimento Desportivo que culminou no inicio deste ano com o Congresso do desporto.

Na cultura eu não vou também aqui detalhar muito mais. Dar nota que batemos todos os records de afluência de público neste 2022, que é um ano por fim sem pandemia, com naturalmente uma exposição que foi apresentada na antiga sede da EDP, um edifício cujo o projeto de requalificação de arquitetura também se concluiu o ano passado, estando agora em fase de especialidade o concurso, a exposição Living Among What's Feft Behing, e que superou de facto, todas as nossas expetativas com 6500 visitantes.

A Casa da Cerca, o Festival do Teatro, o Está Tudo em Festa, tudo isso demonstrou mais uma vez, o dinamismo e a pujança da nossa cultura.

Vou terminar aqui, naturalmente, estando disponível para questões do ponto de vista financeiro, penso que já conhecem, já mencionamos, é um Município que tem uma boa saúde financeira, que aumentou naturalmente as suas execuções e que havendo perguntas como estou certa que haverá, estou naturalmente disponível para as esclarecer."

7.6.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), Beatriz Leal Ferreira (PSD), João Eduardo Geraldes (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Daniel Alexandre Silva (PS), Margarida Ramires Paulos (PAN), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre a habitação não irei dizer nada hoje porque, mais do que anúncios, promessas e projetos, o que é importante é a sua concretização e teremos a oportunidade de fazer um debate mais sério na próxima Assembleia Municipal, aquando da apresentação do Relatório de Contas, para nos confrontarmos com o que foi realmente executado para além dos anúncios e das promessas.

De todas as formas, eu tomei aqui algumas notas e uma resposta que me causou alguma estranheza foi sobre a intervenção de um dos candidatos ao realojamento no 2º Torrão. É que no cartão de cidadão dos filhos dos pais separados, não constam as moradas. Pelo o que eu entendi, o Senhor Adriano, comprovado pelo Tribunal tem guarda partilhada e, portanto, tendo guarda partilhada é natural que almeje uma tipologia de habitação que lhe permita estar com os filhos no tempo que lhe é atribuído para estar com eles.

Ouvi atentamente a Senhora Presidente falar sobre as questões destes bairros ilegais e da sua enorme sensibilidade em relação a este tema, acredito que a tenha, de todas as formas a verdade é que temos ouvido recorrentemente as intervenções dos moradores deste bairro sobre os processos que continuam sem resposta, as queixas do Senhor Sebastião cuja solução continua a ser empurrada para a Segurança Social e que até à data

não apresentou solução que não fosse ajuda para o arrendamento durante uns meses. Continuamos a ouvir falar da situação da Dona Helena e da sua filha, com graves problemas de saúde, continua à espera de solução, ou seja, passados tantos meses, continuamos a ouvir as mesmas queixas e a pergunta que se impõe é para quando a solução de realojamento para estas famílias? E mais, quando terminadas as providencias cautelares, é garantido a estas pessoas o realojamento? É garantida a estas pessoas alternativa? É importante que estas respostas sejam dadas com seriedade.

Agora uma outra questão.

Fomos confrontados com uma pergunta num canal televisivo, mais concretamente no programa Poligrafo, e a pergunta é a seguinte: é verdade que as faturas de água em Almada, podem ascender a mais de 150.00€ (cento e cinquenta euros) superando assim o valor do consumo? E isto na sequência de uma denúncia recebida com o envio da cópia da respetiva fatura, em que se cobra pelo consumo de água de 87.57€ (oitenta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos) acrescidas de taxas cobradas, a seguir descriminadas: taxa de saneamento de águas residuais 101.12€ (cento e um euros e doze cêntimos), taxa de resíduos urbanos 32.63€ (trinta e dois euros e sessenta e três cêntimos), taxa de gestão de resíduos 14.74€ (catorze euros e setenta e quatro cêntimos), taxa de recursos hídricos 3.62€ (três euros e sessenta e dois cêntimos), ou seja, numa fatura de água no valor de 87.53€ (oitenta e sete euros e cinquenta e três cêntimos), somando o valor das taxas aplicadas, o consumidor vai ter que pagar 243.89€ (duzentos e quarenta e três euros e oitenta e nove cêntimos). Portanto, vai pagar só em taxas 156.36€ (cento e cinquenta e seis euros e trinta e seis cêntimos), e o consumidor que gastou na realidade água no valor de 87.53€ (oitenta e sete euros e cinquenta e três euros) vê praticamente triplicado o montante a pagar.

A explicação dos SMAS ao consumidor em questão, é que existem diferentes tipos de tarifa. A disponibilidade cuja faturação é feita por cada trinta dias, e a variável e de gestão de resíduos, estas últimas duas são faturadas por cada metro cúbico de água consumida. Portanto, tendo em conta que o consumidor nesta fatura em particular, teve um consumo superior ao usual, deste maior consumo reflete-se no custo das taxas a pagar. Como tal, pagaria menos se não houvessem acertos ou se o consumo fosse consideravelmente inferior.

Podemos reconhecer a evidência de que quanto maior o consumo mais elevado será o valor das taxas a cobrar. O que é mais difícil a compreender é o absurdo das taxas cobradas. E não é demais repetir, num consumo real de água de 87.53€ (oitenta e sete euros e cinquenta e três cêntimos), um acréscimo de 156.36€ (cento e cinquenta e seis euros e trinta e seis cêntimos) em taxas. Isto é muito difícil conseguir explicar.

E já agora, importa relembrar, que quando o executivo apresentou em Assembleia Municipal a proposta para o aumento do tarifário dos SMAS, a bancada do Bloco de Esquerda questionou e expressou a sua indignação perante os aumentos brutais das tarifas da água, fizemo-lo em Assembleia Municipal e colocamos hoje de novo a questão. Com um Governo do Partido socialista, que tema em manter uma politica de baixos salários, que permite o agravamento vidas dificuldades das populações para conseguir pagar as despesas com a habitação e bens essencial, é com esses aumentos brutais que esse executivo pretende apoiar quem suporta já tantas dificuldades para conseguir viver com alguma dignidade? É essa a resposta que esperamos da vossa parte."

7.6.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Trago três temas que pretendia ver esclarecidos.

O primeiro é sobre a policia municipal, o PSD pretende saber qual é o ponto de situação da criação da policia municipal, sendo que a única informação aproximada, que consta do documento da Atividade Municipal, é sobre a preparação dos projetos de especialidade para a execução do edifício onde vai ser a policia municipal. Nós pretendemos saber qual é o ponto da situação, nomeadamente do regulamento.

A segunda questão é sobre o Sol da Caparica. No âmbito do trabalho da 2ª Comissão, que já foi apresentado aqui pelo Senhor Presidente da 2ª Comissão houve interesse em debater o Festival Sol da Caparica

nomeadamente, os seus pontos de melhoria, eventuais mudanças de localização, oferta programática, ficou prometida a apresentação de um relatório sobre a edição de 2022, como já foi referido, que servia não só para prestar contas aos Deputados Municipais presentes na Comissão, mas também para ajudar na tomada de decisão para a próxima edição.

Relativamente à analise do que se passou, nada consta. Perguntamos onde para este relatório e onde para a prestação de contas sobre este vento, especialmente uma edição que levantou criticas públicas.

O terceiro assunto. Nesta Atividade Municipal está incluída uma nota sobre o encerramento do Centro de Acolhimento do Caparica Sun Center e o consequente encaminhando de 14 pessoas que não tendo alternativa habitacional, com a articulação da Segurança Social, foram encaminhadas para outros espaços. Indicam ainda que, o Caparica Sun Center permitiu o alojamento de 95 pessoas encaminhadas pelo Alto Comissariado para as Migrações. Ora, sexta-feira, faz um ano desde que começou a guerra na Ucrânia, e a guerra na Ucrânia teve como primeira consequência a maior movimentação de pessoas desde a 2ª Guerra Mundial. Almada foi um Município solidário desde o primeiro momento, e numa noticia que consta no site da Câmara Municipal de 13 de abril de 2022, é dito que foram acolhidos 514 cidadãos ucranianos. Inclusive, isto tornou Almada no Concelho do Distrito de Setúbal, a receber mais refugiados, isto também consta nessa nota. No entanto, desde este período inicial da guerra, em que nós recebemos as pessoas, enviamos os mantimentos através dos camiões TIR, não há muito mais a dizer relativamente à atividade da Câmara Municipal, nós não sabemos quantos migrantes foram acolhidos no Caparica Sun Center e que depois foram encaminhados para outros espaços, correspondem às pessoas que fugiram da guerra, queremos também saber o número final de ucranianos oficialmente acompanhados pelo Município e quantos é que ainda permanecem em Almada ao final de um ano?

E por último, ainda no mesmo artigo do site da Câmara Municipal, é apresentada a justificação para a procura destes refugiados por Almada, com o facto de já termos no Município, uma sólida comunidade ucraniana a residir que trouxe essas pessoas por influência. Queremos saber porque é que no Plano Municipal para a integração dos migrantes, nem no caderno sobre os migrantes que consta no diagnóstico da rede social de Almada, não consta nenhuma associação de cidadãos ucranianos. Essa associação não existe? Existe, mas informalmente? Mesmo com a comunidade ucraniana a aumentar, nunca houve interesse com tantos ucranianos até que se juntam e continuam a juntar, para ajudar o seu país à distancia, nunca houve interesse para criação desta associação? Nunca houve intenção da Câmara Municipal em ajudar a formalizar uma associação deste género, como sei que fez com outras comunidades migrantes? Claro que nem todos os emigrantes acolhidos serão ucranianos, infelizmente existem muitos outros países no mundo a enfrentar situações igualmente difíceis, mas quando o lema do Município é: "Território de Muitos" nós queremos ter a certeza, quantos é estes "Muitos", e queremos ter a certeza que o "Território de Muitos" não é só para a fotografia."

7.6.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quem há uns minutos atrás ouviu a declaração politica que o Partido Socialista aqui nos trouxe a propósito da habitação, corre o sério risco de ficar erradamente convencido que Portugal vive pela mão do Partido Socialista, literalmente, um mar de rosas, literalmente, e em sentido figurado, naturalmente, em matéria de habitação.

No entanto, aquilo que é a realidade concreta, é bem diferente pelas noticias que nos entram todos os dias pela porta dentro, que nos dizem que as pessoas, o cidadão comum, as pessoas como nós, cada vez têm mais dificuldades e cada vez encontram menos resposta relativamente aos problemas da habitação.

Depois, quem ouviu a Senhora Presidente da Câmara, ainda agora, falar sobre a mesma matéria, corre também o sério risco de ficar erradamente convencido que agora sim, finalmente, Almada está no caminho certo relativamente à resolução dos problemas da habitação.

Como já aqui hoje foi dito e bem, mais do que anúncios e promessas, importa os números concretos, os dados concretos. E, portanto, voltamos à questão da habitação, tendo presente exatamente o momento que vivemos em matéria da discussão nacional neste domínio.

E perguntamos à Senhora Presidente da Câmara Municipal, muito concretamente o seguinte: qual é que é o ponto da situação concreto, relativo ao desenvolvimento dos diferentes procedimentos destinados à construção de habitação municipal para arrendamento apoiado, anunciados há largos meses no âmbito do programa de Recuperação e Resiliência? E eu lembro aqui, que, na revisão da estratégia local de habitação, em julho de 2021, se prevê o investimento de 170.000.000.00€ (cento e setenta milhões de euros), um bocadinho mais, em habitação para renda apoiada, até 2026. Estamos em fevereiro de 2023, a pergunta é muito concreta, como é que estão estes processos em termos de desenvolvimento?

Segunda pergunta Senhora Presidente, à presente data quantos agregados familiares foram realojados pela Câmara Municipal, no âmbito da aplicação do Regulamento Habit'Almada, desde a sua entrada em vigor?

E finalmente, Senhora Presidente, sabemos que a Câmara Municipal de Almada, nestes últimos seis anos não construiu um único fogo, diga-nos sinceramente, quantos fogos pensa a Senhora Presidente, que a Câmara Municipal de Almada irá conseguir construir, irá conseguir entregar às famílias carenciadas de Almada, até ao final do seu atual mandato?

7.6.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na Sessão de dia 13 de janeiro, tivemos a oportunidade de fazer cerca de 30 (trinta) questões que achamos que eram pertinentes para a população almadense. Dessas 30 (trinta) questões, pela desculpa do costume de que, "não há tempo", apenas quatro ou cinco delas foram respondidas. Hoje para facilitar, para que não falte novamente o tempo, apenas trazemos quatro ou cinco perguntas, algumas delas repetidas, mas continua a ser assuntos importantes para os almadenses.

Qual é neste momento a situação da Carris Metropolitana em Almada? Qual é a atual cobertura e quando é espectável que esteja a atingir ao 100% de cobertura dos serviços? Continuam as queixas dos serviços noturnos em algumas zonas sem transportes ainda suficientes a funcionar.

Relativamente à fantástica proposta sobre o túnel Trafaria/Algés, apresentada de uma forma demagógica aqui nesta Assembleia Municipal, o que foi feito além desse papel que foi distribuído a todos? Já houve alguma reunião? Já foi feita alguma atividade? Já foi feito alguma ação para que isso se torne uma realidade? Ou apenas a única coisa que temos a apresentar, é um pedaço de papel com cerca de dois ou três meses e nada mais em relação ao assunto?

Relativamente à policia municipal, em que situação é que estamos? Quais são os avanços? Sabemos que existe um edifício, mas como é que está o processo? O que é que está a atrasar e quais os prazos para podermos avançar?

Relativamente à descentralização de competências, como é que está a decorrer o processo? Em que pé estamos, e o que é que falta fazer?

Relativamente à declaração politica do PS, apenas me apraz dizer uma coisa. Efetivamente, não existem balas de prata, mas do PS só há tiros de pólvora seca."

7.6.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Silva (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este Relatório da Atividade Municipal, é um Relatório amplo e que demonstra energia deste executivo. Aborda diversas áreas de intervenção, um Município de grande relevo e que revela ação enérgica deste executivo.

Começo por destacar a vertente do desporto. Este é de facto, o momento do desporto, de ouvir todos, o Congresso do Desporto é exemplo disso, e também aquilo que foi o Grande Prix de Judo pelo segundo ano consecutivo, que decorreu em Almada no Complexo Municipal dos Desportos. Este é de facto, um evento que reúne os atletas internacionais de judo de grande qualidade e atrai bastante gente inclusive, de outros continentes, que assim coloca Almada no centro do desporto internacional. Aliás, este é um evento particular, pois não deixa ninguém para trás., O Grande Prix também significou ser a primeira prova do circuito mundial de judo 2023, organizada em Portugal, que considera os atletas invisuais e de fraca visão.

Fica patente assim, a importância do investimento municipal, no Complexo Municipal dos Desportos e da sua importância na continuidade desse investimento. É necessário de facto, continuar a renovação desse Complexo dos Desportos, da sua envolvência e que garanta, continue a garantir, a democratização do acesso ao desporto.

Na vertente da educação, destaque para a Associação Internacional das Cidades Educadoras, dos 25 anos de adesão do Município de Almada a essa organização. Almada está de facto, na linha da frente na procura pelas melhores práticas educativas, das escolas, em sinergia com toda a comunidade educativa.

Mas também, neste particular da educação, destaco os avanços ao nível do edificado, como é exemplo, a importante conclusão do projeto de ampliação da Escola Básica Presidente Maria Emília, na Charneca. A este propósito, relembro o executivo, que é de facto importante, resolver um projeto que nasceu torto, com executivos anteriores de outros partidos, ao nível da Escola Básica Maria Rosa Colaço. Essa é de facto uma urgência para as populações, é preciso dignificar aquela escola e colocar ao serviço de todos aquela escola. Além do mais, este executivo de certo está empenhado nesse objetivo.

Na temática da Juventude, felicito o Orçamento Participativo Jovem, medida obviamente que o Partido Socialista aqui trouxe, mas que tem agora um novo regulamento que valoriza ainda mais o papel dos jovens nesta iniciativa, porque as propostas passam a ser escolhidas em exclusivo por estes jovens e demonstra que a sua valorização da sua voz, é um importante papel e esse papel ocupa de facto, um grande espaço neste Município

Saliento por fim, a importância do investimento na habitação e que coragem este Município tem demonstrado num processo complexo, difícil, que é a temática da habitação no 2º Torrão. Não está de facto isento de falhas, só quem nada faz não falha. Anos e anos daquele espaço a deteriorar-se, mas enfim, estamos a avançar. Onde há dramas sociais, é importante que todos vejamos isto sem qualquer dogma e qualquer questão partidária. Temos que ter atenção aos dramas sociais daquela população, merecem a atenção e a ação de todos, mas também saliento ainda na habitação, a procura pela reabilitação do parque habitacional público. É preciso continuar este processo de reabilitação para dignificar as famílias que vivem nos bairros sociais. Mas a resposta na área da habitação, só se consegue fazer com também novas habitações e saúdo a Câmara Municipal que está a trabalhar nesse sentido. Roma e Pavia não se fizeram num dia, obviamente.

E destaco o facto de também não deixar os jovens para trás. Os jovens não estão a ficar para trás. E projeto de residência de estudantes na Romeira, é uma resposta essencial para esses jovens.

A evolução está à vista de todos, e a mais recente evidência, é mesmo o renovado Largo de Cacilhas, vivo e dinâmico. Está à vista de todos, o desenvolvimento numa Almada que é o Território de Muitos, mas onde todos contam."

7.6.2.6 – A Senhora Deputada Municipal Margarida amires Paulos (PAN):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Deixo aqui algumas questões relativamente ao bem-estar animal, o Senhor Vereador não está por boas razões como referiu a Senhora Presidente, no entanto, quando puderem ser respondidas.

Relativamente ao projeto do Centro Bem-Estar Animal, o documento refere que está o procedimento para projeto. O requerimento do PAN sobre o assunto que enviamos em agosto e cuja resposta recebemos hoje,

refere que o executivo tenciona lançar novo procedimento para a construção do Centro, cujo mesmo se encontra em fase final de preparação. Nesse sentido gostaríamos que nos fossem dadas mais informações acerca dos prazos previstos.

Relativamente ao cheque veterinário e ao Regulamento do Cuidador, sabemos que já se deu inicio ao procedimento de ambos, mas gostaríamos de saber em que fase se encontram e prazos também para a sua implementação.

Finalmente, há exatamente um ano atrás, também nesta Assembleia Municipal, o PAN apresentou uma recomendação para a promoção de um programa municipal de educação ambiental, que integrasse o domínio de bem-estar animal. E gostaríamos de saber se o Município tem planos para desenvolver esse programa incluindo o bem-estar animal nesse programa."

7.6.2.7 – A Senhora Deputada Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à intervenção do Bloco de Esquerda, eu volto a dizer, todos as pessoas em causa têm neste momento uma casa atribuída. Todas. É preciso que eles possam formalizar essa candidatura e que aceitem ir para as casas que lhes foram designadas. Todas. E volto a dizer, não vou repetir a questão da vida pessoal das pessoas, uma coisa é dizer com elas aqui e dizer-lhes a elas, ou outra coisa é dizer a si. Portanto, eu acho que fui clara.

Relativamente às taxas que mencionou. Em primeiro lugar, importa referir que não está a falar das taxas da água, está a falar de taxas decorrentes daquilo que são a legislação dos resíduos, como sabe e há muito que nós temos dito que os efeitos nefastos do aumento brutal da TGR – Taxa de Gestão de Resíduos. Dito isto, não confirmo nem desminto, porque no dia em que nós formos prestar esclarecimentos sobre as micro notícias que saem no poligrafo, vamos ter alguma dificuldade. O que nós dissemos e voltamos a dizer é que sobre as alterações, aliás, alterações relativamente à água que só agora a partir de fevereiro é que vão estar em prática, portanto, essa notícia não se plica a nada a não ser o que era anteriormente.

Relativamente à policia municipal e aproveito para responder de imediato à Senhora Deputada do PSD e ao Senhor Deputado do CHEGA. A policia municipal está absolutamente nos tempos, estamos a finalizar a proposta de regulamento que virá em breve a reunião de Câmara e depois será objeto de consulta pública. Tivemos a primeira apresentação, depois iremos fazer uma reunião com todos os Senhores Vereadores, mesmo aqueles que não têm pelouro, para apresentar a proposta de regulamento, vai a reunião de Câmara, vai à consulta pública e, portanto, os prazos estão absolutamente a serem cumpridos.

Relativamente ao Sol da Caparica, o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro poderá explicar. A Senhora Vereadora Maria Teodolinda poderá dar-lhe em mais detalhe a questão dos refugiados ucranianos. Agora é bom não confundir, uma coisa são as políticas de migrantes, outra coisa foi a situação absolutamente de emergência que surgiu com a chegada maciça de refugiados no inicio da guerra. Neste momento já não se encontra nenhuma família no Caparica Sun Center, muitas eram as próprias famílias de acolhimento, os 714 não foram para o Caparica Sun Center felizmente. Nós trabalhamos muito com as associações locais, elas foram essenciais, e todas as que estavam no Caparica Sun Center, graças ao mesmo programa que foi usado no 2º Torrão que é a "Porta de Entrada", todas elas foram conseguindo obter uma habitação, arrendar uma habitação, mas também não todas talvez aqui na zona, eu agora aqui não tenho o detalhe, mas a Senhora Vereadora tem.

Relativamente às questões do Senhor Deputado Municipal João Geraldes, eu neste momento não tenho comigo todas. O que é que eu lhe posso dizer? Os 95 fogos já vão para construção, os 140 fogos, agora que houve alteração da Lei, vamos tentar lançar uma concessão/construção que é mais rápido. Estivemos a aguardar o acordo quadro da Área Metropolitana para serem mais ágeis os procedimentos. Para além disto, temos em vista, a Febo Moniz, por exemplo, que era um edifício municipal que estava emparedado há anos, que já está também

para lançamento de obras, estamos a recuperar todos esses edifícios que estavam emparedados, já exercemos o direito de preferência numa série de edifícios que também estão à venda vazios.

Eu neste momento não vou ser exaustiva porque de facto o Senhor Vereador não está cá e eu não tenho comigo essa listagem global, não me vou atrever a dizer-lhe de cabeça, mas havia de facto, o compromisso que nós tínhamos era 450 fogos construídos, fora naturalmente, a reabilitação, a regularização e acabar de facto, com edifícios municipais emparedados, assim como, estou certa que este plano que o Governo apresentou poderá facilitar em muito os municípios nesta batalha.

Relativamente ao Centro de Bem-Estar Animal, de facto, houve um problema com o primeiro projeto de arquitetura, coisa que muito lamentamos, tem havido maiores dificuldades na questão dos projetos das empreitadas, é um facto, aqui em Almada como em todo o lado, mas está para sair.

O cheque veterinário também e depois o Plano Municipal de Educação Ambiental, o plano está a ser previsto. Um dos fatores importante é de facto a sensibilização ambiental, eu suponho que também tem lá o bem-estar animal. Foi um plano que foi construído com toda a comunidade e depois faremos naturalmente os acertos que têm que ser feitos."

7.6.2.8 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer relativamente à questão dos cidadãos refugiados ucranianos, que efetivamente eles são refugiados, portanto a resposta não foi uma resposta integrada no Plano Municipal de Integração dos Migrantes, foi uma resposta de emergência, com bem se recordam com certeza que eu aqui disse, que nós criamos imediatamente uma equipa de intervenção local onde estava a saúde, o emprego, a educação, e o Município obviamente, criamos um email de emergência que recebeu milhares de emails, demos apoio e sinalizamos através dessa equipa em Almada 700 cidadãos ucranianos no Concelho. A todos esses que nos solicitaram e foram muitos, demos apoio alimentar, demos apoio psicológico, encaminhamos as crianças para as escolas, encaminhamos para o emprego, em articulação dentro desta equipa.

Focando agora naqueles que vieram e que ficaram cá sob a nossa responsabilidade. Passaram pelo Caparica Sun Center 94 pessoas. Dessas pessoas, até novembro de 2022, a maioria tinha já encontrado uma resposta habitacional, quer pelo programa "Porta de Entrada", quer através de pessoas de família e até saídas para o resto do país, Porto, Madeira e Açores, foram sítios para onde as pessoas, passado pouco tempo se deslocaram, até porque o Caparica Sun Center funcionou muito para o Alto Comissariado das Migrações como uma plataforma de colocação, para depois se encontrarem novas soluções. Dizer que no dia 31 de dezembro encerrou o Caparica Sun Center, tinha apenas lá 14 pessoas. Estas 14 pessoas foram encaminhadas para respostas alternativas com o nosso apoio e da Segurança Social, neste momento 11 já têm resposta habitacional, também algumas delas através do "Porta de Entrada" e temos neste momento apenas 3 pessoas que estão acompanhadas por nós com candidatura à "Porta de Entrada" e que em breve estarão também alojadas.

Para terminar dizer que concretizamos 36 candidaturas aprovadas e com as pessoas com as casas, através do "Porta de Entrada" que abrange 104 pessoas."

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a agenda da Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Débora Figueiredo Rodrigues, Gabriel Machado da Rosa, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, António Matos, Helena Azinheira, Mara Rita Silva Martins e Joana Rodrigues Mortágua.

10 – Foi verificada a presença de cerca de vinte e oito munícipes. A sessão foi transmita em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Minuta de Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____